

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

NADIORETH FELICIANO

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL
EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS GUERRA (2002-2014)**

CRICIÚMA/SC

2018

NADIORETH FELICIANO

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL
EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS GUERRA (2002-2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2018

NADIORETH FELICIANO

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL
EM ANGOLA PERÍODO PÓS GUERRA (2002-2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma aos, 27 de novembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas, de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutor - (UNESC)

Prof.. Caroline Jacques – Doutor- (UNESC)

DEDICATÓRIA

Eu dedico esta monografia, primeiro a DEUS, segundo, ao meu pai José Feliciano (Memória) dedico também a mulher mais linda, humilde, batalhadora do mundo minha Mãe, Suzana Ant3nio Carimba. Mamã obrigada por tudo, este m3rito 3 "NOSSO". Graças a ti sou o que sou hoje. O obrigado 3 muito pouco para retribuir o que fizeste e o que tens feito por mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao Deus todo poderoso, pelo folego de vida, pela força, pela coragem, e por tornar meu sonho possível, por ser o meu suporte todas as vezes em que vi o mundo desabando sobre a minha cabeça.

Só ele sabe o quão difícil foi trilhar esse caminho, foram dias inteiros e longos na biblioteca, noites em claro, nas dificuldades, alegrias e tristezas,

Obrigada por tudo e por ter me ajudado a chegar até aqui, não foi fácil, mas cheguei. Obrigada meu Deus por tudo.

Ao meu pai Jose Feliciano (Memória) a minha querida Mãe Suzana António Carimba, a ela eu devo tudo.

Muito obrigada mamã, por acreditar no meu sonho, por abdicar das tuas Necessidades, dos teus sonhos, para olhar para o meu... obrigada pelas palavras de encorajamento sempre, por me estimular a nunca desistir mesmo em meio a tantas dificuldades, o mérito não é só meu... sei que ralei duro, abri mão dos vários momentos em família em prol de um sonho. Mas nada disso seria possível se não tivesse uma mãe como tu.

Aos meus queridos irmãos, Edna Suzana Carimba, Josefina Feliciano e Divaldo carimba, obrigada meus manos vocês são os melhores.

Ao orientador, professor Dimas Estavam de Oliveira, aos professores da disciplina de monografia que me instruíram durante a elaboração do presente trabalho.

As minhas irmãs do apartamento 201/ mais conhecidas por cheias de sede...

Vou começar por ordem alfabética: Ana de Carvalho, Elaine Nair, Hady da Costa e Sueli Pombo. Muito obrigada minhas irmãs, vocês tornaram a minha caminhada mais leve, obrigada por todo o suporte, por todo carinho e companheirismo.

Agradeço também as minhas amigas cintilantes

Admandra carvalho, Ana Cleusia, Jessica Caronilda, Patrícia Miguel, Marta Binza, Vanda Santos. Amigas, obrigada por tudo, por me aceitarem como sou, pelos defeitos, qualidades. Amo-as muito.

A minha colega Eliane Damião pela paciência e a todos os meus colegas angolanos.

“Muitas vezes reclamamos dos dias de luta, mas não paramos para pensar que se já entregamos nossa vida a Deus, então todas as coisas cooperam para o nosso bem! ””

Autor

Romanos 8:28

RESUMO

O objetivo do estudo consistiu em apresentar a participação das mulheres angolanas no mercado de trabalho formal no período pós-guerra (2002-2014). Foram levantadas questões teóricas relativas ao conceito de gênero na análise do trabalho feminino e a participação de mulheres no mercado de trabalho formal de Angola no período pós-guerra (2002-2014). Para a concretização da proposta de trabalho, os procedimentos metodológicos adotados foram as pesquisas bibliográfica, descritiva, documental, com análise qualitativa e quantitativa dos dados. Foram utilizadas fontes institucionais de Angola, tais como: Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam) Ministério da Administração Pública (MAPESS) Instituto Nacional De Estatística de Angola (INE). Foram ainda utilizadas fontes internacionais tais como: Organização Internacional do Trabalho (OIT), conferência das Nações Unidas para o comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e diversos relatórios. A síntese dos principais resultados permite observar que as mulheres ainda não têm participação em todos os setores verificou-se ainda que o setor em que as mulheres têm maior participação é no setor da agricultura, observa-se que apesar da existência de políticas públicas voltadas para as mulheres, a questão da desigualdade no mercado de trabalho não é uma prioridade para o governo, averigua-se claramente pelo OGE, onde o ministério que recebe menor dotação orçamentária é o Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam) e por conta do baixo recurso as atividades do Minfam são limitadas e incapazes de alterar o quadro atual da mulher angolana. A baixa escolaridade e sobretudo questões culturais são fatores que estão na base da inserção das mulheres no mercado informal, por ser um espaço que não exige qualificação, mas em contrapartida elas ficam expostas aos riscos existentes no setor informal. Percebe-se ainda que mesmo no setor informal, verifica-se desigualdade em relação aos homens.

Palavras-chave: Mercado de trabalho formal. Gênero. Políticas públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Ilustração 1 - Mapa Geopolítico de Angola | 29 |
|---|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - População por sexo em Angola, 2014..... | 30 |
| Gráfico 2 - População Empregada por Setor | 34 |
| Gráfico 3 - Proporção da População com 15 ou mais Anos de Idade que Sabem Ler e Escrever | 41 |
| Gráfico 4- Taxa de Emprego e Desemprego das Mulheres Por Faixa Etária | 47 |
| Gráfico 5- Estrutura do Emprego Feminino por setor..... | 48 |
| Gráfico 6- Distribuição Do OGE Por Ministérios (2013). | 51 |
| Gráfico 7 -Mulheres no Setor Público..... | 54 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Principais Organizações da Sociedade Civil Angolana na Área Do Gênero | 61 |
|---|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Indicadores Comparados de Emprego e Rendimento Nacional e das Mulheres..... | 25 |
| Tabela 2 - Representações Sociais Sobre a Mulher em Angola | 39 |
| Tabela 3 - Grau de Participação das Mulheres Angolanas nas Estruturas de Decisão Política e Administrativa, no período de 2005,2010 e 2014 | 54 |
| Tabela 4 - Licença a Maternidade, Garantias Constitucionais, e Igualdade Salarial .. | 56 |
| Tabela 5 - Índice de Desigualdade de Gênero | 57 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| FMEA | Federação de Mulheres Empreendedora de Angola |
| MINFAMU | Ministério da Família e Promoção da Mulher |
| MAPESS | Ministério da Administração Pública Trabalho Segurança Social |
| MPLA | Movimento Popular de Libertação de Angola, |
| INE | Instituto Nacional De Estatística de Angola |
| OMA | Organização da Mulher Angolana |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| UNCTAD | Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 16 |
| 2.1 ESTADO E DESENVOLVIMENTO | 16 |
| 2.1.1 Pobreza no contexto angolano..... | 17 |
| 2.2 CONCEPÇÃO DE TRABALHO E TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA..... | 19 |
| 2.3 INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO..... | 21 |
| 2.3.1 Divisão do trabalho por sexo | 24 |
| 2.4 O PERFIL DA IGUALDADE DE GÊNERO EM ANGOLA..... | 26 |
| 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 29 |
| 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO, SOCIAL E CULTURAL DE ANGOLA | 29 |
| 3.1.1 Formação e caracterização do Estado angolano | 32 |
| 3.1.2 Aspectos socioculturais de Angola: a cultura Bantu | 37 |
| 3.1.3 Representação social da mulher em Angola: no meio rural e urbano | 38 |
| 4 INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA | 44 |
| 4.1 AS MULHERES NA POLÍTICA E NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 49 |
| 4.2 ANGOLA E OS PROTOCOLOS INTERNACIONAIS SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO..... | 55 |
| 4.3 LEGISLAÇÃO ATUAL EM ANGOLA SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO | 58 |
| 4.4 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO..... | 59 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 63 |
| 5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO | 64 |
| REFERÊNCIAS..... | 66 |
| SILVA, Mara Eloise Caetano da. O Processo de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Angolano: Estratégias, Trajetórias e Contextos | 69 |

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é uma condição importante não somente pela remuneração financeira, mas pela dignificação da vida humana (KON,2002). Segundo o autor, o trabalho apresenta-se como uma necessidade fundamental a vida, pois por intermédio dele é viabilizado a satisfação das necessidades humana como: alimentação, habitação, vestuário e outras.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), no que concerne ao trabalho, podem se observar dois princípios válidos para as sociedades: O princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher) ". Esse tipo de análise é indispensável na construção de indicadores transparentes para medir a paridade profissional homens/mulheres.

De acordo com Coelho (2010), nas ciências econômicas não se tem dado atenção as atividades não mercantis, pois seu olhar está fitado nas atividades mercantis. Ou seja, o suposto lugar de livre troca, independentemente de as atividades não mercantis apresentarem seu contributo para a realização do bem-estar social e humano. A pesquisa da autora detalha ainda que as atividades relacionadas à reprodução e ao cuidado de pessoas, atribuição preferencial das mulheres em todas as sociedades, que são arremetidas para o domínio da invisibilidade econômica.

O "relatório Mulheres no trabalho tendências de 2016 da OIT, verificou dados de cerca de 178 países e conclui que a desigualdade existente entre homens e mulheres persiste em um amplo sonho do mercado de trabalho global. Além disso, o estudo demonstra que, ao longo das duas últimas décadas, progressos significativos realizados pelas mulheres na educação não se traduziram em melhorias comparáveis nas suas posições de trabalho (OIT,2016).

Com base no estudo feito pela OIT (2016), no mundo em geral, a desigualdade de gênero em relação aos empregos tem diminuído por apenas 0,6 pontos percentuais desde 1995, com uma relação emprego-população de 46 por cento para as mulheres e quase 72 por cento para os homens em 2015. Segundo detalha, 586 milhões de mulheres trabalhavam por conta própria ou para uma unidade domiciliar no globo.

Como em todo o mundo, a proporção das pessoas que trabalham para uma unidade domiciliar (trabalhadores membros da unidade domiciliar) reduziu grandemente entre as mulheres (17 pontos percentuais nos últimos 20 anos) e, em menor medida, entre os homens (8,1 pontos percentuais); portanto, a disparidade de gênero global no trabalho para unidades domiciliares é reduzida para 11 pontos percentuais (OIT,2016).

Para OIT (2016), apesar de 52,1 por cento das mulheres em comparação com 51,2 por cento dos homens no mercado de trabalho sejam trabalhadores assalariados, esse número por si só não constitui garantia de maior qualidade de emprego. Segundo detalha o estudo globalmente, 38% das mulheres e 36% dos homens com emprego assalariado não contribuem para a proteção social. As proporções para as mulheres atingem 63,2 por cento na África Subsaariana e 74,2 por cento no Sul da Ásia, onde o emprego informal constitui a forma dominante do emprego formal.

Segundo o estudo feito pela OIT (2016), as mulheres continuam trabalhando mais horas por dia se comparado aos homens, tanto no trabalho remunerado quanto no não remunerado. De acordo com o mesmo estudo, nos países de alta e de baixa renda, em média, as mulheres trabalham em torno de duas vezes e meia a mais em trabalho não remunerado se comparado aos homens.

Nos países desenvolvidos, as mulheres empregadas (por conta própria ou com emprego assalariado) trabalham em torno de 8 horas e 9 minutos no trabalho remunerado e não remunerado, comparado a 7 horas e 36 minutos trabalhadas pelos homens, nas economias em via de desenvolvimento, as mulheres no mercado de trabalho passam 9 horas e 20 minutos no trabalho remunerado e não remunerado, ao passo que os homens gastam 8 horas e 7 minutos nos mesmos trabalhos (OIT,2016).

A participação desequilibrada no trabalho não remunerado acaba interferindo negativamente na capacidade das mulheres de aumentar as suas horas de trabalho remunerado, formal e assalariado. Como consequência disso, em todo o mundo, as mulheres, que representam menos de 40 por cento do emprego total, compõem 57 por cento daqueles que trabalham menos horas ou em regime de meio período (OIT,2016).

Com base no cenário descrito acima, é relevante abordar sobre os conceitos de trabalho, de modo a formular sugestões fundamentais para tornar a

economia numa disciplina com preocupações éticas, dedicada ao estudo mais concreto da existência humana e à realização do bem comum.

Conforme Kon (2002), em muitas sociedades é atribuído a mulher o trabalho não remunerado, tirando-lhe a possibilidade de progredir economicamente e restringindo seu acesso aos recursos. A autora argumenta ainda que frente aos problemas existentes no que diz respeito à mão-de-obra no período capitalista, os estudos da economia de gênero nas últimas décadas vêm apresentando grandes avanços. É importante abordar sobre a participação da mulher angolana no mercado de trabalho formal; pois, observa-se que a situação da mulher no mercado de trabalho a nível mundial, permanece desigual e frágil, na maioria das vezes, em função das oscilações econômicas (KON,2016). Em Angola a situação não é diferente, pois se percebem várias lacunas, tais como extremas desigualdades sociais e econômicas. Não obstante, reconhece-se a necessidade de entender e elucidar o mercado de trabalho angolano feminino, uma vez que o país tem sido palco de várias transformações políticas, socioeconômicas e culturais.

Partindo dessa visão, o presente estudo tem como **tema** a participação das mulheres angolanas no mercado de trabalho formal no período pós-guerra (2002-2014). **E problematiza** como ocorre a participação das mulheres angolanas no mercado de trabalho formal com destaque em como está organizado esse mercado; quais os principais problemas enfrentados pelas mulheres angolanas no mercado de trabalho formal e quais as políticas que o Estado tem criado para oportunizar às mulheres a ingressarem no mercado de trabalho. Busca analisar também quais os efeitos destas mesmas políticas para as mulheres. Para dar sustentabilidade, a presente pesquisa, delimitou-se o seguinte **objetivo geral**: Analisar a participação das mulheres angolanas no mercado de trabalho formal no período pós-guerra (2002-2014). Como forma de alcançar o objetivo da pesquisa definiu-se os seguintes **objetivos específicos**: Levantar os indicadores de distribuição da população ocupada no mercado de trabalho formal de Angola por faixa etária, escolaridade e sexo; Descrever o rendimento salarial mensal da população ocupada no mercado de trabalho formal; Verificar quais são as políticas públicas criadas com o objetivo de oportunizar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho formal e por fim mapear Principais organizações da sociedade civil angolana na área do gênero. O estudo se justifica porque a sociedade angolana sofre grande influência da cultura bantu, a cultura bantu é uma cultura que tem uma visão machista sobre a mulher, e acredita

que o lugar da mulher é estar em casa cuidando das atividades domésticas enquanto o homem trabalha para sustentar a família, esta visão machista tem contribuído bastante para desigualdade ou até mesmo exclusão da mulher no mercado de trabalho (SILVA, 2009).

Quanto a delimitação periódica do tema, foi selecionado o período (2002-2014) porque foi no período de 2002 que terminaram as guerras civis e foi neste período também que começaram a ser produzidas matérias sobre Angola, pois no período guerra era difícil a produção de dados.

Espera-se que este trabalho contribua não só para a economia angolana, mas para sociedade em geral e que possa servir de proposta para inclusão da mulher no mercado formal de trabalho em grande escala. Ademais, espera-se ainda que se quebre os vários preconceitos existentes na sociedade uma vez que a contratação de mão-de-obra não pode se restringir ao fato de um indivíduo ser homem ou mulher, mas sim pela sua capacidade em desempenhar determinada função.

Pretendendo-se a cumprir os objetivos almejados, foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva, com delineamento documental. Este tipo de pesquisa busca compreender os fenômenos envolvidos ao problema. Desta forma, analisam variáveis e aponta outros aspectos relacionados no processo como forma de aprofundamento da pesquisa (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). A pesquisa descritiva busca conhecer as diversas situações e relações que ocorreram na vida social, política, econômica, e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

A pesquisa documental, desse modo, visa obtenção de resultados por meio de análise dos documentos, fontes de dados e informações.

De acordo com Gil (2007): A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos se constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Foi realizada uma pesquisa documental, baseando-se em documentos publicados por meio de bases de dados e relatórios elaborados no período de 2002 a 2014. Segue a lista de algumas das instituições. MAPESS-Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (Angola), INE-Instituto Nacional de Estatística

(Angola) OMA - Organização da Mulher Angolana - Secretariado do Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher BANCO MUNDIAL.

Para analisar a participação da Mulher angolana no período pós-guerra (2002-2014) o presente estudo segue uma abordagem qualitativa para a coleta e a análise dos dados. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares a qual se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001. p.22), justifica-se esta opção porque o pesquisador busca investigar e desenvolver temas a partir dos dados coletados, sem a utilização de procedimentos estatísticos econométricos, como médias ponderadas, dentre outros, porém com uso de estatística descritiva.

Nos capítulos posteriores, são abordadas questões que permitem entender como ocorreu a participação feminina no mercado de trabalho formal num âmbito geral, e mais para frente veremos como ocorreu em Angola num âmbito específico, por meio de uma abordagem de gênero, fala-se da participação feminina no mercado de trabalho formal em Angola relacionando gênero e divisão sexual do trabalho.

Para uma análise de como se deu o processo, são apresentados dados de participação, desagregados por sexo. Primeiramente, são apresentados os principais setores econômico de Angola e a participação de homens e mulheres em cada um dos setores. Para o término de análise, são apresentados dados de participação da mulher no mercado formal por escolaridade, faixa etária e faixa salarial.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, sendo o primeiro dedicado, à introdução, aonde, de uma forma sucinta apresenta-se o objeto de estudo, a problemática, o tema, os objetivos, e a metodologia. Descreve-se a metodologia da investigação. Os métodos e ferramentas utilizados, justifica-se a escolha dos mesmos, tendo por base a investigação realizada com o intuito de conseguir realizar um estudo científico baseado em metodologias científicas transformando o estudo como um modelo dos futuros trabalhos.

O Capítulo 2: é dedicado a fundamentação teórica que faz uma abordagem sobre o trabalho e a trajetória do mercado de trabalho em Angola, aborda ainda assuntos como gênero e estado e desenvolvimento. Por fim tem o capítulo 3: faz-se a análise dos resultados obtidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente estudo faz uma abordagem sobre a participação da mulher no mercado de trabalho formal angolano no período pós-guerra (2002-2014). torna-se pertinente mapear os principais conceitos que dão suporte a esta temática.

O conceito exclusão é utilizado para descrever a não pertença dos indivíduos nos diversos campos, ou seja, diz respeito a um processo histórico pelo qual uma cultura, por via de uma ideologia, cria uma barreira e o rejeita (SANTOS, 1999). O estudo detalha ainda que, este conceito serve principalmente para verificar a separação dos indivíduos das redes de relações sociais, ou pode ainda ser entendido como quebra de vínculos entre indivíduos e a sociedade.

O termo trabalho, historicamente é entendido como a forma na qual os indivíduos se organizam para produzir bens e serviços importantes para a subsistência humana. Além disso, o conceito vem se metamorfoseando ao longo do tempo, de acordo com a evolução da sociedade (KON, 2016). Em linhas gerais o trabalho apresenta-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento, pois por meio do trabalho é possível a satisfação de necessidades como: alimentação, habitação e vestuário, deste modo o tópico abaixo faz uma abordagem sobre o estado e Desenvolvimento.

2.1 ESTADO E DESENVOLVIMENTO

Com base no estudo feito por Soares (2010), a função do Estado é possibilitar uma sociedade harmônica e justa que busque principalmente o bem-estar de todos. O mesmo estudo detalha que o ser humano é complexo e necessita ser observado sob todos os aspectos, principalmente, no que diz respeito à saúde, educação e emprego, portanto estes elementos devem ser prioridade para o Estado. Com base no mesmo estudo isso por sua vez traz consigo benefícios a toda sociedade, sendo que se buscar tratar saúde, educação e emprego, o estado promove o bem comum, desenvolvimento intelectual, além de promover o trabalho, uma vez que somente uma boa saúde pode-se desenvolver um trabalho de forma digna (SOARES,2010).

O livro de Sen (2000), foi bastante significativa para a área do desenvolvimento, ao introduzir a abordagem das capacidades no paradigma do

desenvolvimento humano, alterando, assim, a perspectiva da economia do desenvolvimento para políticas centradas nas pessoas. Deste modo, as pessoas passaram a ser vistas não apenas como meios para o desenvolvimento, mas também como os alvos do desenvolvimento.

De acordo com Binga (2011), as questões da desigualdade de gênero, passaram a integrar a agenda das políticas de Desenvolvimento Humano e nomeadamente a partir de meados dos anos 90, começou-se a dar importância às pessoas como agentes ativos da mudança e não apenas como beneficiários.

De acordo com Sen (2008), no que concerne o desenvolvimento, a igualdade de gênero pode ser entendida em termos de igualdade perante a lei, igualdade de oportunidades, e a igualdade de opinião. Os homens e mulheres devem ter direitos iguais no acesso à educação, aos bens e ao crédito e à participação na vida pública, o que se exprime em benefícios para o desenvolvimento. De acordo com o texto acima descrito entende-se que é papel do estado gerar desenvolvimento e criar políticas que proporcionem melhores condições de vida a população, erradicando problemas como desigualdade social e pobreza, deste modo o ponto seguinte fará uma abordagem sobre a pobreza em um contexto angolano

2.1.1 Pobreza no contexto angolano

De acordo com Nangacovie et al. (2017) questão da pobreza tem sido amplamente debatido nos últimos anos, porém, a sua erradicação continua muito longe de ser concretizada. As dificuldades de acesso às necessidades básicas como alimentação, educação, emprego, água potável, saneamento básico, entre outras, colocam a maioria da população africana, no geral, e a angolana, em particular, a viver em condições desumanas. Em Angola, apesar da guerra civil já ter terminado, as condições em que vive a maioria dos angolanos continuam a ser muito precárias.

Com base no estudo feito por Nangacovie et al. (2017) no ano de 2013 as Mulheres eram detentoras de 2% da riqueza do mundo em comparação com 98% detidas por homens. De acordo com o mesmo estudo a situação não evoluiu muito porque a quatro anos atrás a riqueza controlada pelas mulheres em todo mundo correspondia a 1% apenas, enquanto os rendimentos femininos correspondiam a apenas 10% do total dos rendimentos globais.

Este cenário de desigualdade tem servido de base para sustentar o que se

denominou feminização da pobreza, 1.2 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza ou seja com cerca de menos de 1 dólar por dia isso a nível mundial das quais a grande maioria são mulheres (NANGACOVIE ET AL.,2017).

De certo modo essa desigualdade resulta do fato de maior parte das mulheres estarem inseridas no setor informal, apesar do o emprego feminino estar globalmente a crescer elas são mal remuneradas, com base no mesmo estudo 2/3 mulheres empregadas estão em postos vulneráveis, quer como trabalhadora de conta própria, camponesas, funcionárias de indústrias ou de Supermercado ou ainda como domésticas. (NANGACOVIE ET AL.,2017).

Com base no estudo feito por Nangacovie et al, (2017), Feminização da pobreza também é uma questão real em Angola dados do relatório de Desenvolvimento humano do programa das Nações unidas (PNUD) demonstram um índice de pobreza na ordem de 37,2% destacando as mulheres e as crianças como principais vítimas esses fenômenos podem ser resumidos qualitativamente nos seguintes pontos:

A dominância masculina nos vários aspectos relacionados a família, questões econômicas e laborais e também em termos de poder de decisão, menores oportunidades no acesso ao trabalho formal por parte das mulheres, a proteção social principalmente na economia informal.

As mulheres têm tido menor oportunidade no mercado formal em comparação com os homens ou seja 78% dos homens com idades compreendida entre 15 e 64 estão empregados no setor formal contra 64,1% de mulheres na mesma faixa etária estas mesmas disparidades repercutem da mesma forma na questão do rendimento nacional bruto sendo o dos homens maior que o das mulheres, o rendimento masculino é até 7.587,00 USD e o feminino é de até 5.080,00 USD Mulheres (NANGACOVIE ET AL.,2017).

Ainda persiste também a desigualdade salarial apesar da existência de leis que proíbem a discriminação salarial, em 2009 a média do salário mensal no mercado formal era de 19.311 Kwanza e geralmente os homens ganhavam o dobro do salário das mulheres, ou seja, as mulheres ganhavam em torno de 12.441 kwanzas contrariamente o salário masculino atingia 25.253 Kwanza o desequilíbrio em prol das mulheres também se constata no setor bancário (NANGACOVIE ET AL.,2017).

No ano de 2014 elas se beneficiavam de apenas 21,26% do crédito total concedido a nível do país. Todos esses condicionantes na ordem econômica bem

conjugados com outros contribuem para que a pobreza em Angola tal como no mundo inteiro tenha um rosto feminino com complicações na desigualdade de gênero (NANGACOVIE ET AL.,2017).

Existe uma série de características que enfatizam a cultura da pobreza: •caraterísticas económicas: desemprego, subemprego, salários baixos, trabalho infantil. Percebe-se que existe vários elementos que influenciam na cultura da pobreza deste modo o ponto seguinte faz uma pequena abordagem sobre o trabalho e a trajetória do mercado de trabalho em Angola

2.2 CONCEPÇÃO DE TRABALHO E TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA

O trabalho apresenta-se como um elemento necessário para desenvolvimento económico e bem-estar social.

Segundo Marx (1989), o trabalho é o procedimento pelo qual as pessoas e a natureza participam, ou ainda em que o ser humano com a sua própria capacidade regula e controla a sua relação material com a natureza. Além disso, o estudo detalha que o trabalho representa uma necessidade crucial à vida dos seres humanos, pois, por meio dele, torna-se possível a satisfação de necessidades, como: habitação, alimentação vestuário e outras mais que são essenciais para a sobrevivência humana.

Para Marx (1989), a origem do ser humano está no trabalho e é através deste que o ser humano transforma a natureza. Trabalhando o ser humano interage com outros homens, produz máquinas, obras de artes, cria instituições sociais, crenças religiosas, hábitos diferentes, modos de vida específicos, e adquire novas potencialidades ao passo que se socializa. Com base no estudo referido acima pode se inferir que, aquilo que o homem produz determina exatamente quem ele é, o ser humano é o que ele faz, a sua natureza depende das reais condições materiais e do modo como se relaciona socialmente no processo de produção (Marx,1989).

Em suma, para Marx (1989), o trabalho é o fator determinante para a mediação entre o homem e a natureza, sendo a expressão da vida humana é o esforço do homem para regular seu metabolismo com a tão rica natureza”. Dessa forma, ao transformar a natureza, o homem transforma-se a si mesmo. A correlação entre trabalhador e organizações ganhou maior evidência a partir da revolução industrial, sendo marcante nesta relação ao comportamento do mercado, ou seja, neste período

foram implementadas nas indústrias as máquinas, com o propósito de aumentar o processo de produção, diminuir as horas de trabalho e aumentar o tempo de lazer dos trabalhadores. Mas as transformações nas indústrias provocaram ao mesmo desemprego estrutural (OLIVEIRA E PICCININI,2011).

O conceito moderno de trabalho foi usado primeiramente por Adam Smith Na sua concepção o trabalho era aquilo que estava entre o ser humano e a natureza, ou seja, o processo mediador entre o ser humano e a natureza em que esta última é apropriada (OLIVEIRA E PICCININI,2011).

A concepção é ultrapassada pela de Marx. Este vai pensar no trabalho como forma abstrata, ou seja, o trabalho só pode ser pensado como tal e só se torna abstrato quando se torna mercadoria, deixando de ser abstrato quando se vê o resultado da produção (MARX, 1989).

Segundo Freire (2009), o trabalho pode ser definido como umas atividades desempenhadas pelos seres humanos, tendo como objetivo principal a produção de um bem material, na prestação de um serviço ou no exercício de uma função, com vista à obtenção de resultados que possuam simultaneamente utilidade social e valor econômico.

A correlação entre trabalhador e organizações ganhou maior evidência a partir da revolução industrial, sendo marcante nesta relação ao comportamento do mercado, ou seja, neste período foram implementadas nas indústrias as máquinas, com o propósito de aumentar o processo de produção, diminuir as horas de trabalho e aumentar o tempo de lazer dos trabalhadores. Mas as transformações nas indústrias provocaram ao mesmo desemprego estrutural (OLIVEIRA E PICCININI,2011).

O foco primordial do presente trabalho é estudar o mercado de trabalho angolano segue de forma teórica a classificação do mercado de trabalho angolano.

Segundo Lukombo (2004), desde sua independência, em 1975, Angola orientou-se economicamente por um modelo socialista. Assim, tanto o petróleo como a produção de diamantes mantiveram-se nas mãos de empresas estatais, que controlavam o acesso aos recursos minerais, dos quais o crescimento econômico do país depende largamente. Apesar de avanços, desde o fim da guerra civil em 2002, como a estabilização macroeconômica, a limpeza de minas terrestres e a restauração da infraestrutura econômica, pouco progresso houve em relação à reconstrução da agricultura e da indústria.

Segundo Lukombo (2004), o mercado de trabalho angolano é caracterizado por uma economia formal que recobre uma parte minoritária da população, economicamente ativa e um número de abandono escolar altíssimo que provoca uma pressão no mercado de trabalho, principalmente, na mão-de-obra não qualificada. Por outro lado, a procura de uma força de trabalho qualificada permanece superior à oferta; assim a falta de mão de obra qualificada constitui um dos grandes problemas enfrentado pelo mercado formal de trabalho angolano (LUKOMBO, 2004).

Para o INE (2014), após a guerra civil em 2002, verificou-se uma queda na produção agrícola nacional, sendo este um dos setores com maior empregabilidade como consequência teve um aumento da pobreza bem como do setor informal da economia. A necessidade da recuperação da produção social interna e o fomento do emprego tornaram-se um dominador para reconstrução do estado não conseguia responder aos padrões de riscos sociais existentes. Partindo deste cenário, surge a necessidade de encontrar um novo modelo de trabalho regularizado e normalizado com o objetivo de reduzir o desemprego, subdesemprego, exclusão social e pobreza.

2.3 INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo Silva (2013), o termo inserção é em muitas instâncias confundido com o termo integração, portanto vale ressaltar que existe diferenciação entre eles. Ainda segundo o estudo; terminologia integração designa a integração dos excluídos. Já a inserção revela um pensamento adaptativo na qual muito mais que garantir uma integração efetiva, objetiva-se desenvolver nos indivíduos autonomia e garantia de empregabilidade.

Segundo Ramos (2000), com o fim da Primeira e Segunda Mundial, muitos homens que lutaram perderam sua vida, um número significativo ficou mutilado e impossibilitado de voltar ao trabalho, entretanto foi neste momento que as mulheres começaram a deixar seus lares e filhos para dar sequência aos projetos e trabalhos que eram realizados pelos seus maridos. O estudo prossegue dizendo que com a consolidação do sistema capitalista, inúmeras transformações ocorreram na produção e organização do trabalho feminino a evolução tecnológica e o intenso crescimento das máquinas, grande parte das mulheres foram transferidas para as fábricas, e desde então várias leis foram criadas em atenção às mulheres.

De acordo com Ramos (2000), com isso houve um avanço na participação da mulher no mercado de trabalho formal e o número de mulheres com postos diretivos nas empresas. Este crescimento é observado em vários países de maneira semelhante como se houvesse uma silenciosa rebelião das senhoras no sentido da inclusão qualificada no mercado de trabalho.

Segundo Ramos (2000), atualmente o perfil das mulheres é extremamente diferente do começo do século além das mulheres trabalharem e ocuparem cargos de destaques tal como os homens, ela ainda aglutina atividades tradicionais como: ser mãe, esposa e dona de casa. Esse autor salienta que ao longo da caminhada profissional, as mulheres perceberam que era possível conciliar lar e carreira, e foram à luta construindo uma dupla jornada de trabalho.

Com base no estudo feito pelo Ramos (2000) enquanto os homens se preocupam mais com o poder e ascensão individual, as mulheres seguiram valorizando mais a coletividade do que o individualismo. O mesmo estudo ressalta ainda que as Mulheres apresentam maior sensibilidade nas relações humanas, por isso destacam-se nos cargos de chefia.

Segundo Kon (2005), na história da evolução do trabalho, o papel das mulheres tem sido diferenciado do papel do homem, ou seja, o homem sempre foi visto pela sociedade como ser superior comparado à mulheres, ao passo que o trabalho da mulheres sempre esteve associado às atividades domésticas. O estudo descreve ainda no que concerne às condições de participação da mulher no mercado de trabalho, elas sempre foram desfavoráveis se comparada as do homem.

E as alterações que houveram nas teorias econômicas ao longo do tempo não incluíram explicitamente análises direcionadas a desigualdade entre gêneros. Isto se verifica, porque no decorrer de uma trajetória, na divisão sexual do trabalho para a manutenção da família, o homem assumiu a função de promotor financeiro das necessidades da casa.

As primeiras abordagens relativamente as desigualdades entre homens e mulheres tiveram início entre o século XVIII e XIX, um período de transição e reestruturação da realidade social, ligado ao processo de industrialização. A produção orientada para o mercado estava se dissociando da produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar (HIRATA 2007).

Tal processo consolidou-se posteriormente com a implantação generalizada do capitalismo. O estudo aborda ainda que na análise do trabalho

assalariado produzido pelos economistas clássicos, não existia nenhuma discussão acerca das raízes da segregação por sexo e nem se questionava o porquê dos salários das mulheres serem mais baixos. Para eles, o emprego feminino era considerado circunstancial e complementar (KON 2005).

Para os pensadores clássicos, os temas de maior preocupação estavam voltados para a criação de riqueza, por meio do trabalho assalariado e da distribuição de renda entre as classes sociais, e para os aspectos relacionados ao trabalho que envolvem a questão da produtividade, eficiência, salário, divisão do trabalho etc., sempre se referindo ao trabalho como emprego e ignorando a produção realizada no âmbito doméstico. Partindo da visão limitada dos clássicos relativamente a mulher e seu papel no trabalho, é relevante entender como tem se discutido sobre a divisão sexual do trabalho nos dias de hoje com base no estudo feito por Hirata (2007), o conceito divisão sexual do trabalho, foi utilizado na França a duas acepções de conteúdos diferenciados. Trata-se, por um lado, de uma acepção sociocrática: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. O mesmo estudo descreve ainda que a divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades.

As mulheres perceberam que elas eram excluídas do mercado de trabalho ou que eram menos privilegiadas no mercado de trabalho; foi assim que teve início dos primeiros movimentos femininos.

Elas perceberam que uma enorme massa de trabalho era efetuada gratuitamente, e que esse trabalho era até certo modo invisível, e que estes mesmos trabalhos eram realizados não para elas mesmas e sim para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA 2007). O estudo descreve ainda que aos poucos, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional, isso possibilitou considerar simultaneamente as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de divisão sexual do trabalho.

De acordo com Hirata (2007), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator determinante para a sobrevivência da relação social entre os sexos.

Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares).

A desvantagem enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho tem um impacto significativo em anos posteriores. Em termos de pensões, a cobertura (tanto a legal quanto e efetiva) é menor para as mulheres do que para os homens, deixando deste modo uma lacuna de gênero na cobertura da proteção social em geral. A nível mundial, a proporção de mulheres acima da idade da aposentadoria que ainda recebem uma pensão é, em média, 10,6 pontos percentuais menor que a de homens (OIT, 2016).

Com base no estudo feito pela OIT (2016), a nível do mundo, as mulheres ainda ganham, em torno de 77% do que ganham os homens. O mesmo estudo observa que essa diferença salarial não pode ser explicada unicamente por diferenças de educação ou idade, mas também a desvalorização do trabalho desempenhado pelas mulheres e das competências necessárias em setores ou profissões dominadas por mulheres, a discriminação e a necessidade das mulheres quebrarem a sua carreira ou diminuírem as horas de trabalho remunerado para cumprir responsabilidades adicionais tais como: cuidados de crianças.

Embora tenha havido melhorias salariais entre homens e mulheres, se as tendências atuais prevalecerem, o estudo afirma que seriam necessários cerca de 70 anos para acabar completamente com as diferenças salarial de gênero (OIT, 2016).

2.3.1 Divisão do trabalho por sexo

Com base no estudo feito por Hirata (2007), o conceito divisão sexual do trabalho, é utilizado na França a duas acepções de conteúdos diferenciados. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociocrática: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

De acordo com o Minfam (2014) em Angola a realidade não é diferente, pois o mercado está dividido por uma divisão sexual do trabalho. O mesmo estudo demonstra ainda que 64.1% das mulheres estavam empregadas em comparação com

78% de homens, o estudo demonstra que mesmo nas organizações da sociedade civil, fora aquelas cuja temática principal está relacionada com as questões de género, são poucos os casos de mulheres em cargos de liderança.

Tabela 1 - Indicadores Comparados de Emprego e Rendimento Nacional e das Mulheres

| | |
|---|-------------|
| Rendimento Nacional Bruto Total | 12 667 US\$ |
| Rendimento Nacional Bruto Feminino | 5 080 US\$ |
| Emprego Nacional entre os 15 e os 64 anos | 71,05% |
| Emprego Feminino entre os 15 e os 64 anos | 64,10% |

Fonte: MINFAMU (2013).

Como se pode observar na tabela o rendimento Angolano bruto total é de 12.667,00 dólares norte-americanos, vale destacar que o rendimento nacional bruto feminino é de 5.080,00 dólares norte-americanos esse número corresponde ao período de 2013, quanto ao emprego total para este mesmo ano de pessoas com idades compreendidas entre 15 e os 64 anos correspondiam a 71,05% vale destacar também que o emprego feminino para este ano era de 64,10%.

Além do emprego, ascender na carreira é um outro desafio enfrentado pelas mulheres. O Comité das Mulheres Sindicalizadas (CMS) ressalta que há preferência das chefias em promover os homens, já que “por razões culturais alguns chefes consideram que não devem promover as mulheres: vão engravidar, vão se ausentar”. O CMS indica que parte do problema estaria no facto de as mulheres não estarem informadas sobre os seus direitos.

Com base no mesmo estudo a ADRA apresenta no seu plano estratégico 2012-2013 a incorporação da igualdade de género na sua metodologia de trabalho e nos seus valores, propondo igualmente promover o debate em relação à igualdade de género na organização, salienta ainda que o PAANE I e a primeira fase do PAANE II tiveram mulher como coordenadora (MINFAMU, 2013).

Para Minfam (2014), as mulheres acabam por concentrar a responsabilidade do trabalho na esfera doméstica com o trabalho externo, por deste modo precisa-se de políticas e ações de apoio à paternidade. Não só no período do nascimento da criança, como em todo o ciclo da vida, teriam o potencial de contribuir para que a mulher pudesse conciliar melhor as atividades na esfera familiar e do trabalho. A conciliação efetiva entre a família e o trabalho tem ainda o potencial de contribuir para a redução de comportamentos de violência familiar. Contudo, isso só

pode ser efetivado se o alargamento dos dias de dispensa do pai for incluído na atual revisão da Lei Geral do Trabalho (MINFAMU, 2014).

Com destaque no mercado informal, de forma geral, homens e mulheres empreendem em negócios diferenciados, de forma que prolongam a divisão sexual do casal no ambiente doméstico, mesmo no mercado informal não se observa homens a preparar ou vender comida, por exemplo. De forma geral, os homens desempenham no mercado informal atividades como: candongueiros¹, mecânicos, vendem equipamentos, peças para carros, pilhas, telemóveis, já as mulheres desempenham no mercado informal atividades como: cozinhar, vender alimentos, roupas, talheres.

Apesar de constituírem a maioria dos atores, salvo algumas exceções, o trabalho das mulheres não é valorizado de igual modo. As atividades exercidas pelas mulheres neste sector não exigem qualificações e são de baixo investimento. Consequentemente, são aquelas que proporcionam os mais baixos rendimentos.

Em linhas gerais as zungueiras² acabam por ser a imagem do mercado informal. Elas encontram-se num degrau mais baixo do sector informal, que é vender na rua. Este é o último recurso, não tem condições nenhuma de trabalho e são as mais afetadas pela repressão policial.

No entanto, reagem da forma que podem e permanecem na atividade. As vendedoras que estão estabelecidas nos mercados já dispõem de melhores condições, especialmente nos mercados reformados, no entanto os custos de comercialização são mais altos.

2.4 O PERFIL DA IGUALDADE DE GÊNERO EM ANGOLA

Com base no estudo feito por Unctad (2013), em Angola, a igualdade de gênero são elementos centrais para o desenvolvimento nacional, os dados evidenciam, porém, que a diferença no que concerne ao gênero ainda persiste na sociedade angolana e que a desigualdade permanece como um dos principais desafios a serem enfrentados. Com base no mesmo estudo o desequilíbrio de gênero nas taxas de alfabetismo e de escolarização continua patente e a presença de meninas para além da educação primária pouco avançou, os índices de fertilidade são elevados, e chegam a 5,8 nascimentos por mulher, a maternidade na adolescência é

¹ Candongueiros nome atribuído aos serviços de taxis coletivos.

² Zungueiras vendedoras ambulantes.

comum, particularmente nas zonas rurais, a falta de infraestrutura adequada e a escassez de pessoal qualificado torna limitado o acesso à assistência médica, particularmente à atenção pré-natal e materna.

Apesar da idade mínima para o casamento seja 18 anos, excepcionalmente reduzida em alguns casos para 16 e 15 para meninos e meninas respectivamente, essa regra não é efetivamente cumprida e a idade tradicional para o matrimônio geralmente coincide com o início da puberdade. O casamento (costumeiro) é prática comum e as evidências sugerem que a maioria se casa segundo as normas do direito consuetudinário. A poligamia é proibida em Angola, mas, no entanto, a prática é frequente. A incidência de casamentos poligâmicos cresceu como consequência do conflito armado, ao longo do qual um grande número de homens perdeu a vida (UNCTAD, 2013).

A grande maioria da mão de obra feminina continua dedicada à produção rural de subsistência e às atividades no mercado paralelo urbano. Ao fornecer produtos baratos em Kwanza, a liberalização do comércio foi um elemento central para permissão e expansão da informalidade, propiciando às mulheres a chance de ganhar a vida (UNCTAD, 2013).

De acordo com Unctad (2013), como consequência do conflito que assolou o país, muitas mulheres foram raptadas por grupos armados ou aderiram voluntariamente a eles para atuar como enfermeiras, cozinheiras, profissionais do sexo, mensageiras, espiãs ou funcionárias administrativas ou logísticas, e também como combatentes armadas. Dois terços das pessoas deslocadas, de um total de aproximadamente 4 milhões, eram mulheres ou crianças. O conflito teve também efeitos de longo prazo sobre a estrutura familiar, aumentou o número de viúvas, de casamentos poligâmicos e de agregados familiares chefiados por mulheres.

Por sua vez, isso recrudescceu a pobreza no país, embora a guerra tenha estimulado a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Angola é parte dos mais importantes instrumentos regionais e internacionais voltados para o progresso das mulheres e para a promoção da igualdade de gênero. No âmbito interno, o governo também implementou medidas para promover a igualdade de gênero e os direitos da mulher, como foram citadas ao longo do texto (UNCTAD, 2013).

O direito consuetudinário, porém, ainda está muito arraigado em Angola e as questões relativas à família e aos direitos de propriedade são tratados segundo

regras baseadas na tradição, as quais possuem, tipicamente, um viés discriminatório contra a mulher. As práticas costumeiras determinam o acesso das mulheres a terra, educação, saúde, propriedade e recursos financeiros, bem como os tipos de empregos disponíveis para elas e as condições de trabalho. Existem diferenças substanciais quanto à aplicação do direito consuetudinário nas várias regiões e comunidades angolanas (UNCTAD, 2013).

De acordo com o relatório de gênero (2012), demonstra que em termos de Índice de Desigualdade de Género (IDG), com dados de 2010, Angola foi classificada em 81.^a posição entre os 136 países analisados.

Com base no estudo feito pelo MINFAMU (2012), O progresso das atividades econômica das mulheres fora de casa não diminuiu a quantidade de trabalho necessário não remunerado a ser realizado em casa, o que culminou a um aumento da sua carga de trabalho total, tornando difícil, entre outros, o cuidado das crianças. Sendo que na sociedade angolana a responsabilidade pelo trabalho doméstico é principalmente da mulher, quer no meio urbano quer no meio rural, faltam ainda estruturas de apoio que permitam uma melhor conciliação entre as responsabilidades domésticas e as responsabilidades do trabalho externo. As mulheres continuam ainda hoje em desvantagem em relação aos homens em muitos aspectos relacionados com o desenvolvimento social e humano. De acordo com o MINFAMU, “há uma grande disparidade entre homens e mulheres em termos de rendimento, no acesso aos serviços básicos (energia, água e saneamento), no acesso à habitação, à terra e ao crédito e no acesso à formação contínua de um considerável número e mulheres.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo é abordado Angola e seu contexto histórico cultural. O ponto seguinte explora elementos como, formação cultural, no espaço urbano e rural angolano, função social da mulher e ainda, sobre representações da mulher angolana.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO, SOCIAL E CULTURAL DE ANGOLA

Angola está localizada no sul da África com uma área de 1.246.700 km². O país é limitado ao oeste pelo Oceano Atlântico e comparte fronteiras com o Congo e a República Democrática do Congo (RDC) no Norte, a Zâmbia no Leste e a Namíbia no Sul, o país está dividido em 18 províncias. A figura a baixo ilustra o mapa geopolítico de Angola (Censo,2014).

Ilustração 1 - Mapa Geopolítico de Angola

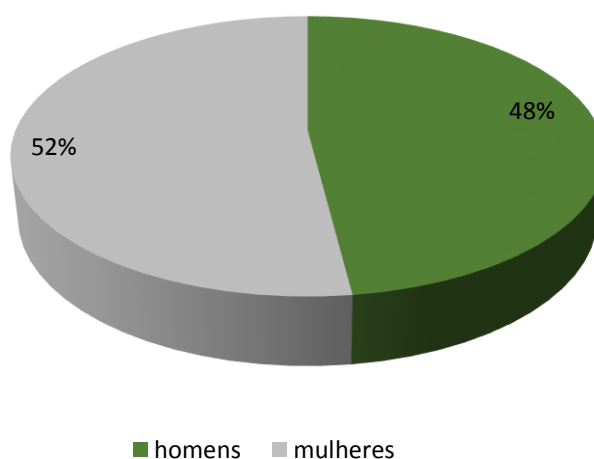


Fonte: Maps of world (2014)

Segundo o INE (2014), Angola tem em torno de 25.789.024 habitantes, sendo que cerca de 52% deste total são mulheres (13.289.983). As mulheres representam a maioria da população nacional, superior aos 48% da população

masculina (12.499.041). O gráfico a baixo ilustra a distribuição da população angolana, por sexo (INE, 2014).

Gráfico 1 - População por sexo em Angola, 2014



Fonte: INE (2014)

Quanto à distribuição geográfica da população feminina, 62,4%, isto é, 8.293.373, reside no espaço urbano, ao passo que 37,6% (4.996.610), reside no espaço rural. Angola tem mais de 25.289 localidades rurais comparativamente a 2.352 localidades urbanas e Luanda é a província com maior concentração da população feminina, com uma previsão de 3.800.533 mulheres (INE,2014).

De acordo com o relatório social de Angola (2012), a população é o elemento chave da economia de uma sociedade, a população pode ainda ser entendida como ponto de partida e ponto de chegada para o desenvolvimento, mesmo que na maioria dos casos a distribuição do rendimento nacional seja muito desarmônica. Com base no mesmo estudo cabe a esta mesma população, nas diferentes formas de intervenção social, enfatizar o seu posicionamento como sujeito influenciando estratégias e políticas e sobre tudo objeto, lutando pela reforma dos esquemas e modelos de acesso à renda nacional do desenvolvimento.

- Em 2011, Angola tinha cerca de 19,4 milhões uma taxa populacional bem menor se comparado com a taxa atual
- Em 2012, Angola possuía cerca de 19,94 milhões de habitantes considerando uma taxa de crescimento demográfica entre 2,7% e 2,9% ao ano, e uma taxa média de fecundidade de 5,1. Neste quantitativo estima-se que 10,3 milhões o número de

cidadãos em idade economicamente ativa, portanto a retaguarda de onde sai a força de trabalho nacional.

Atualmente Angola é um país independente, com uma condição política estável. Tendo o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) como partido no poder e por sua vez com maioria parlamentar.

De acordo com Silva (2013), após ter vivido 14 longos anos de luta ou conflito armada contra o regime colonial, Angola alcançou a sua independência em 11 de novembro de 1975, sendo proclamada a primeira república neste mesmo ano. Em 1992 foi proclamada a segunda república, os acordos de bicesse³ em 1992 proporcionaram um quadro apropriado para organizar uma transição pacífica de guerra civil para um sistema democrático e pluralista, a segunda república foi um marco para liberalização econômica esse sistema se fez acompanhar da exclusão social, pois na primeira república a economia era centralizada e o Estado não só garantia o emprego para todos mas também a distribuição de rendimentos para todas as camadas sociais, a grosso modo a liberalização econômica levou a uma quebra no contrato social entre sociedade e cidadãos, que culminou a um aumento da discriminação e conseqüentemente exclusão social (INE, 2014).

Segundo Lukombo (2004), com o final do período colonial a maioria da população estava em situação de exclusão social. Os entraves se estendiam desde o acesso à instrução até a fatores étnicos, culturais e sociais, que condicionavam o acesso ao mercado de trabalho. Com a declaração da independência todos os indivíduos passaram a ser cidadãos o que desencadeou em mudanças no modo como as estruturas políticas e econômicas se estabeleciam.

O estudo prossegue dizendo que após este período o país entrou numa guerra civil que só teve fim em abril de 2002, após a morte em combate do líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esta guerra teve efeitos adversos no sistema político, econômico e social do país, tendo por isso contribuído para a exclusão social de determinados grupos sociais, como é o caso das mulheres (SILVA,2013).

³ Estes acordos foram realizados em Maio de 1991 em Portugal, no Estoril. A realização dos acordos foi promovida por Durão Barroso enquanto Secretário do Estado dos Assuntos Externos e Cooperação de Portugal em 1990. Estes acordos permitiram um armistício temporário na guerra civil de Angola entre o MPLA e a UNITA, e ainda estipularam que seriam realizadas as primeiras eleições livres democráticas em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas.

Com base no estudo feito por Silva (2013), em Angola, tanto na guerra civil, tal como na guerra colonial não foram somente os homens que combateram, as mulheres também participaram.

A entrada dos homens para a frente da guerra culminou na criação de espaços em que os agregados familiares eram chefiados por mulheres. Em resposta à esta situação, as mulheres começaram a participar na sociedade e na vida política, contribuindo a semelhança do que aconteceu noutras nações para a sua afirmação na sociedade.

Num cenário de guerra a cidade tornou-se num palco de emancipação das mulheres, um espaço de privilégio para a aprendizagem de novos papéis sociais. Todavia, a falta de qualificações profissionais e educacionais por parte destas conduziu a sua precarização na esfera laboral.

Como síntese conclusiva, a situação de conflito vivenciado de 1975 até 2002 fez surgir grandes avanços na inclusão social das mulheres, dando espaço para o debate sobre as injustiças sociais, o que se refletiu numa atuação mais consciente por parte do Estado, para a consagração dos direitos e deveres iguais entre homens e mulheres prevista na constituição angolana.

Todavia, é necessário salientar que no campo social, existiram e persistem “negligências do governo em relação as políticas públicas que de alguma forma protegessem as mulheres dos efeitos da transição económica e das transformações daí decorrentes para o mercado de trabalho.

Segundo Kon (2002), é necessário salientar que as diferenças entre os homens e as mulheres nas análises económicas não se restringem às questões biológicas relacionadas ao sexo dos indivíduos (homem ou mulher), mas constituem de certa maneira uma série de atributos psicológicos, sociais e culturais. Para entender as diferenças entre homens e mulheres em termos culturais, os subtemas a seguir abordaram sobre aspectos culturais e sociais em Angola.

3.1.1 Formação e caracterização do Estado angolano

De acordo com a Constituição da República de Angola (2010), Angola é uma república soberana e independente, constituída na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo central a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social.

Segundo INE (2014), a República de Angola é um Estado democrático de direito, que tem como princípios a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. O estudo argumenta ainda dizendo que o estado exerce soberania total do território angolano, compreendendo este, na Constituição de Angola (2010), da lei e do direito internacional, a extensão do espaço terrestre, as águas interiores e o mar territorial, bem como o espaço aéreo, o solo e o subsolo, o fundo marinho e os leitos correspondentes.

De acordo com INE (2014), o poder político é exercido por quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei. O mesmo estudo descreve que o Estado soberano em Angola aparece como fruto da revolução anticolonial, criada com objetivo de romper o poder colonial.

O nacionalismo revolucionário teve um papel preponderante para conquista da independência nacional que constituiu o Estado soberano. O Estado soberano angolano surgiu da guerra declarada como via da sua conquista e construção, no período de 1961 pelos movimentos MPLA, FNLA e UNITA permaneceu durante a guerra e sobreviveu no período pós-guerra (INE, 2014).

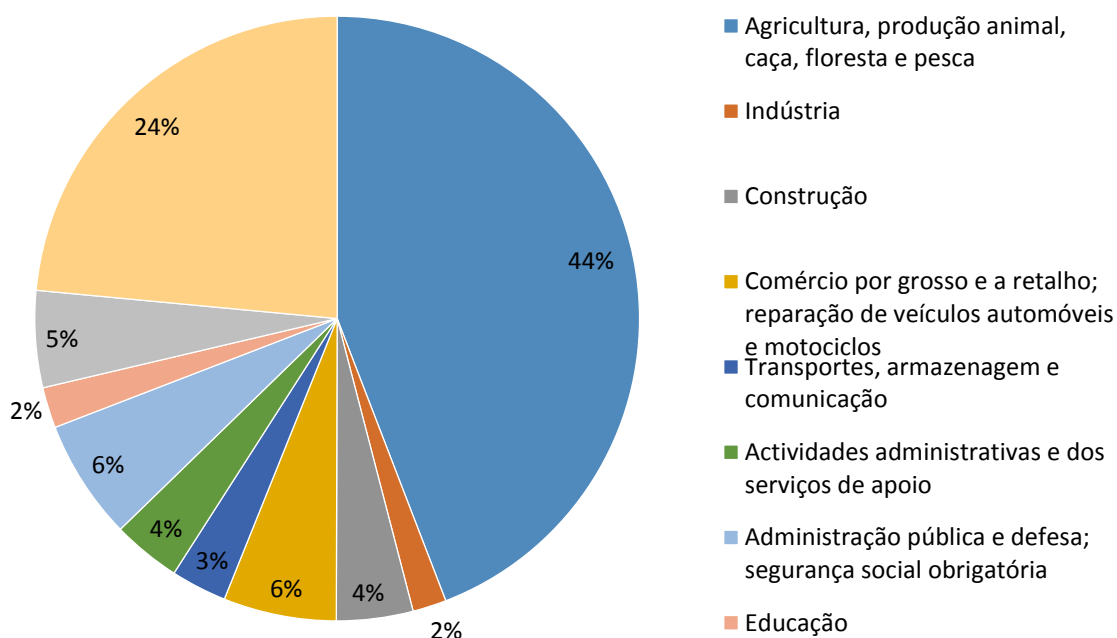
Para o INE (2014), após a guerra civil em 2002, verificou-se uma queda na produção agrícola nacional, sendo este um dos setores com maior empregabilidade como consequência teve um aumento da pobreza bem como do setor informal da economia. A necessidade da recuperação da produção social interna e o fomento do emprego tornaram-se um dominador para reconstrução do estado não conseguia responder aos padrões de riscos sociais existentes. Mecanismo de ligação entre as economias e a proteção social.

Partindo deste cenário, surge a necessidade de encontrar um novo modelo de trabalho regularizado e normalizado com o objetivo de reduzir o desemprego, subdesemprego, exclusão social e pobreza. No âmbito econômico e social, atendendo as transformações ocorridas na sociedade angolana o governo tem incentivado o desenvolvimento das áreas rurais e da pesca para assim combater a pobreza que atinge uma parte significativa da população sendo que, desde o princípio dos anos 80 o país se encontra dependente da ajuda alimentar, por conta dos longos períodos de

a guerra civil provocou o êxodo maciço para as cidades levando ao abandono do campo e da atividade agrícola (INE, 2014).

Neste seguimento, é no sector agrícola e na pesca e no comercio que se proporciona maior parte do desenvolvimento, porque é nestes que se regista a maior ação de promoção do emprego. O estudo descreve ainda que a agricultura e a pesca oferecem 44% do emprego e o comercio 24% (INE 2014).

Gráfico 2 - População Empregada por Setor



Fonte: INE (2014).

O gráfico acima permite-nos perceber não só os principais domínios de desenvolvimento na sociedade angolana, mas também, caracteriza-la em termos económicos e sociais. Podemos retirar destes que o mercado de trabalho angolano é um mercado em desenvolvimento e, que este desenvolvimento pretende sobretudo responder as necessidades da população.

Com base no gráfico acima, é possível se verificar os setores com maior empregabilidade da economia Angola, destacando sobre tudo o setor agricultura, produção Animal, caça, floresta e pesca com um percentual de 44%, seguido do comercio com um percentual de 24%. Estes são os setores que mais geram emprego

para a economia angolana. É importante salientar, que os dados sobre a educação contidos no gráfico acima, corresponde a educação privada.

Segundo Silva (2011) o número de trabalhadores foi de 8,24 milhões e que 85% trabalhava na agricultura, 15% na indústria e nos serviços. Para este mesmo ano o número de desempregados em Luanda era de 60%. Uma das questões centrais no mercado angolano é a criação de posto de trabalho e a qualificação necessária para as exigências do mercado uma vez que a fronteira entre o emprego, desemprego e inatividade é muito difícil de se ver e analisar e, existe uma grande disparidade no que no que diz respeito a procura e a oferta; e o verdadeiro critério para o emprego deveria ser um salário digno que assegurasse a sobrevivência dos indivíduos e das suas famílias, e tal ainda não é totalmente assegurado.

Com base nos dados descritos no gráfico, e no estudo feito por Silva, demonstram que de tanto no ano de 2011 como o de 2013 a agricultura sempre foi caracterizada como o setor de maior empregabilidade do país.

A economia angolana é caracterizada como informal, traduzida nas fragmentações sociais baseadas na inclusão e exclusão do sistema de proteção social, constitui uma dimensão dinâmica das atividades econômicas, servindo como resposta aos limites do Estado e a exclusão dos indivíduos do sistema de proteção social (UNCTAD, 2013).

Em Angola, o processo de crescimento acelerado da economia informal, que precedeu em muito a liberalização do comércio, tem sido resultado de uma confluência de fatores: fluxo migratório em direção às capitais das províncias em decorrência do conflito armado; distorções geradas pelo sistema econômico centralizado e planejado (UNCTAD, 2013).

O desenvolvimento de instrumentos e eventos propensos à apropriação dos ganhos; a incapacidade tanto do setor público quanto do privado de criar novos empregos para uma população em expansão; desarticulação dos salários como principal fonte de renda; e o declínio progressivo da disponibilidade de produtos e serviços fornecidos pelo Estado. Os efeitos da liberalização e da taxa de câmbio criaram incentivos negativos ao crescimento da produção de mercadorias capazes de competir com as importações e estimular as exportações, restringindo assim tanto o desenvolvimento de novas atividades produtivas quanto a expansão das empresas existentes, fatores necessários à criação de empregos formais na economia (UNCTAD, 2013).

Por conseguinte, a crescente população urbana ficou sem qualquer alternativa a não ser voltar-se para o setor informal. Isso é particularmente verdadeiro no caso da mão de obra feminina que não dispõe de amplas oportunidades de trabalho nos setores formais da economia responsáveis pelos empregos urbanos em Angola, tal como a construção civil. Além disso, o perfil pouco capacitado da força de trabalho feminina limita sua possibilidade de ocupar cargos com alto grau de qualificação disponíveis em algumas indústrias de capital intensivo (UNCTAD, 2013).

Desemprego: A taxa de desemprego é a razão entre o número de desempregados e o número de pessoas economicamente ativas, este indicador representa a amplitude da força de trabalho disponível e não utilizada no país. Em Angola a taxa de desempregados abrangia 1 739 946 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de desemprego a nível nacional é de 24%. A taxa de desemprego afeta sobretudo a população mais jovem entre os 15-24 anos, as taxas mais elevadas de desemprego verificaram-se na província da Lunda Sul e Lunda Norte com 43% e 39% respectivamente. No que diz respeito ao desemprego por sexo é de 23,6% para os homens e 24,9% para as mulheres (INE, 2014).

Segundo o relatório da Plataforma de Ação de Pequim de (1995), a participação das mulheres no mercado de trabalho formal aumentou de forma considerável e ao longo da última década, transformou-se em muitas regiões.

Apesar de as mulheres continuarem a trabalhar nos setores agrícolas e pesqueiro, elas têm vindo identicamente a envolver-se de forma progressiva em micro, pequenas e médias empresas.

De acordo Hirata (2007) a preocupação com o lugar das mulheres no mercado de trabalho não é algo novo, porém, o tratamento dado a questão têm evoluído profundamente desde os anos 1960, pois, neste período no Brasil as mulheres começaram a adquirir maior visibilidade nos estudos sobre o trabalho e o emprego e, houve um decréscimo considerável nas diferenças salariais, algumas profissões masculinas foram feminizadas.

Segundo Silva (2011), embora as mulheres tenham entrado mais no mercado de trabalho e estejam a produzir trabalho remunerado, continuam ganhando menos que os homens e há um maior número de mulheres no desemprego e no subemprego.

No caso particular de Angola, a taxa de emprego feminino é por via de regra inferior à masculina. O desemprego afeta principalmente as mulheres com

24,9% percentual face a 23,6% percentual para os homens desempregados. O número de desempregados abrangeu 1.739.946 indivíduos, correspondendo a uma taxa de desemprego a nível nacional de 24%. Verificaram-se taxas mais elevadas de desemprego na província da Lunda Sul e Lunda Norte com 43% e 39% respetivamente, porém, as províncias de Benguela e Cuanza Sul apresentaram as taxas mais baixas com cerca de 14% cada (Censo, 2014).

De acordo com INE (2014) importa referir que, apesar de nos últimos anos não se registrarem mudanças consideráveis, a taxa de desemprego de 24%, ainda está a baixo comparativamente com alguns países da região da África Austral, como por exemplo na vizinha República Democrática do Congo. O mesmo estudo descreve ainda que, no entanto, o compromisso do Governo angolano em promover a igualdade no mercado de trabalho é visível no plano nacional de desenvolvimento de Angola 2012-2017.

O mesmo pretende garantir o crescimento gradual da participação das mulheres em cargos de decisão a todos os níveis, respeitando as metas afixadas através dos compromissos internacionais e regionais; promoção da autonomia económica e financeira das mulheres, através do apoio ao empresariado e ao comércio; promoção da participação das mulheres rurais nos órgãos de decisão e nas associações do meio rural. Contudo, os estudos do Diagnóstico de Género de Angola, revelam que apesar dos discursos políticos para a promoção da igualdade de género, as mulheres ainda se encontram em desvantagens em termos económicos e em comparação aos homens (AFONSO; CAETANO, 2014).

Para dotar cada vez mais as mulheres com capacidades profissionais foi criado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPESS) o programa de formação feminina em 2014. O mesmo representa uma medida inserida no âmbito da aplicação da política de promoção do crescimento económico, do aumento do emprego e da diversificação económico e tem como objetivos (INE, 2014).

3.1.2 Aspectos socioculturais de Angola: a cultura Bantu

Segundo Silva (2011), a cultura bantu apresenta uma forte representatividade nas populações da África negra e tem forte influência na vida comunitária angolana, principalmente no meio rural, ainda relativamente preservado

da influência cultural decorrente da colonização, da modernização e da globalização. O estudo descreve ainda que a cultura bantu é caracterizada por regime patriarcado que pressupõe a prevalência dos anciões, sendo que estes são considerados fonte normativas da comunidade. A cultura bantu atribui o papel secundário a mulher, pois a elas cabe apenas atividades como esposa, mãe, educadora e cuidadora do lar.

Os jovens de ambos os sexos são sujeitos a rituais de passagens a fase adulta, adquirindo estatuto de membros de pleno direito; o casamento precoce das moças uma vez que a sua realização como pessoa depende disso, e sua dignidade e prestígio depende da sua fecundidade, este facto impede a conclusão da escolaridade obrigatória (SILVA, 2011).

Elas abandonam o ensino formal de formas a prepararem-se para o casamento e maternidade, deste modo a mulher rural, cuja função se restringe ao contexto doméstico tem reduzidas oportunidades de participação e intervenção social recaindo sobre os homens a responsabilidade de decidir os destinos da comunidade (SILVA, 2011).

Em síntese a mulher rural Angolana inserida na tradição leva uma existência penosa, pois na medida que carrega os filhos no ventre, depois carrega-os as costas; carrega alimentos na cabeça; transporta ainda a responsabilidade de gerência no lar, a marca da submissão, o peso da ignorância, o estigma da vergonha, o fardo de ser mulher, pois num mundo configurado pelas lógicas masculinas (SILVA,2011).

3.1.3 Representação social da mulher em Angola: no meio rural e urbano

De acordo com Silva (2009), a urbanização das sociedades africanas fez surgir uma nova imagem da mulher associada à sua capacidade de participar socialmente e de gerar rendimentos. Com base neste mesmo estudo acrescenta que este fato pode conferir-lhe um estatuto social anteriormente negado. Mas ainda assim, fruto da influência cultural ancestral, no meio rural, não se observa uma verdadeira igualdade “democrática” entre gêneros, estando cada um consciente do seu papel, encarando-se a mulher como elemento supletivo (SILVA, 2009)

Segundo Silva (2009), nas sociedades rurais matriarcais, dependentes da agricultura praticada pelas mulheres, estas detinham grande prestígio. As mulheres africanas tradicionais, responsáveis pela economia familiar, possuíam poder

econômico e influência política. Colonialismo trouxe perda de status da mulher com repercussões nos dias de hoje, registrando-se atualmente tímidas reações destas na tentativa de o restaurar. Mas não conseguem ir mais longe devido às imposições da tradição e aos estereótipos que as remetem para segundo plano. O estudo descreve ainda que a cultura tradicional africana foi sendo alterada por introdução de elementos decorrentes da colonização e, agora, da globalização cultural, produzindo-se a sua descaracterização.

Essas alterações repercutiram-se nos vários domínios da vida social, mas a persistência dos rituais de iniciação, no meio rural, tem ajudado a reafirmar os valores culturais tradicionais, o que contribuiu para a preservação dos traços essenciais das identidades locais (SILVA, 2009).

Em síntese, pode-se dizer que na sociedade angolana vigoram representações sociais sobre a mulher, construídas por referência a valores ecléticos que permeiam o contexto urbano e face à tradição, vigente no contexto rural. Deste modo, é possível registar diferenças expressas no quadro seguinte.

Tabela 2 - Representações Sociais Sobre a Mulher em Angola

| MEIO RURAL | MEIO URBANO |
|--|---|
| Valores culturais tradicionais limitativos da autonomia e importância social da mulher. | Valores culturais sincréticos (liberais) favoráveis à expressão da liberdade e afirmação da mulher. |
| Manutenção dos ritos de passagem como forma de legitimar o papel social da mulher na comunidade. | Os ritos têm sido paulatinamente abandonados por influência do modo de vida urbano. |
| Diferenciação marcada de papéis sexuais reservando à mulher destaque no contexto doméstico. | Reconhecimento da igualdade de género e diluição de papéis, favorecendo a expressão da igualdade de género. |
| Educação escolar como perda de tempo (não produtiva, não valoriza a tradição). | Educação/escolarização como fator de mobilidade e afirmação social. |
| Acesso à escola dificultado (distâncias, escassez de recursos/equipamentos). | Acesso à escola facilitado, embora possam persistir dificuldades económicas. |
| Representações sociais sobre a mulher: submissa, ao serviço do homem, mãe e doméstica. | Representações sobre a mulher: igual em direitos, cativa (negócios) participante da renda familiar. |
| Dependência da mulher reforça o seu estatuto e credibilidade. | Autonomia da mulher é viável devido à participação na criação do rendimento familiar. |
| Valor da mulher associado ao casamento, à maternidade e vínculo à família. | A mulher afirma o seu valor por mérito próprio e conquista o seu espaço social. |
| Lugar da mulher é em casa, por isso não precisa da escola para nada. | Escolarização da mulher é importante como fator de afirmação social e de emancipação. |

Fonte: Silva (2009).

De acordo com Silva (2009), contrariamente ao que acontece no meio urbano onde a mulher encontra condições para a sua afirmação e emancipação sociais, no contexto rural assiste-se à sua subalternização. O mesmo estudo aborda ainda que no meio rural, a condição de mulher adulta é conquistada mediante os ritos iniciativos, nestes ela prepara-se para assumir os papéis de esposa e mãe, de gestora do lar, e da vida familiar, portanto, a construção social do gênero feminino reporta-se a valores culturais que diminuem a mulher enquanto ator social, na medida em que restringem a sua participação social ao contexto doméstico.

Trata-se de “cidadania mitigada” já que a mulher acaba por não ter expressão social. A submissão da mulher rural a rituais de passagem contribui para que ela não aceda plenamente à cidadania social, limitando-se as suas oportunidades de intervenção na comunidade. Com base no mesmo estudo neste contexto, não se estimula a escolarização das raparigas já que o seu destino é traçado em função dos interesses masculinos e tendo como horizonte o lar familiar (SILVA, 2009).

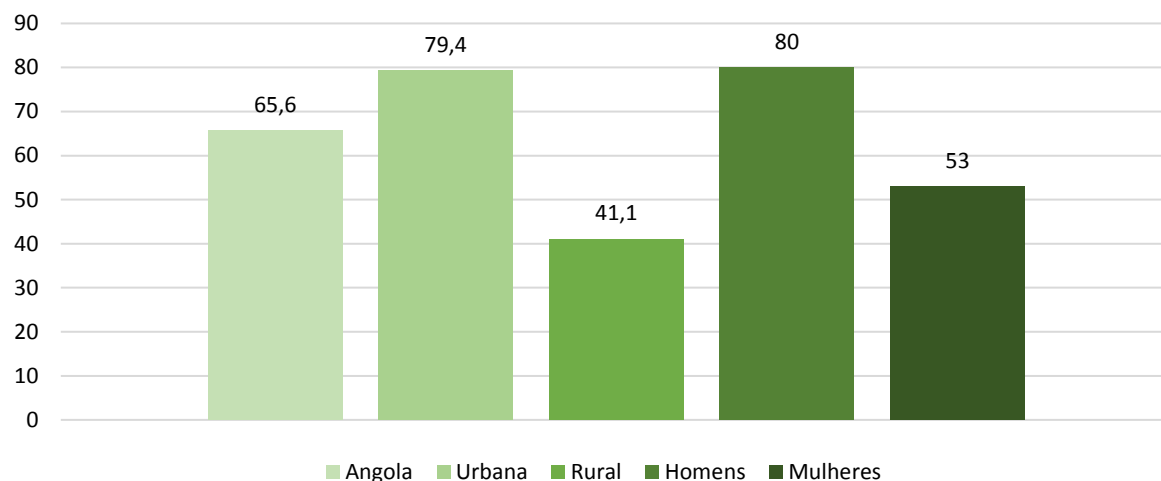
Esse “destino” tem a marca da tradição que impede as próprias mulheres de a contrariar. Se a cidadania pressupõe o gozo pleno dos direitos cívicos e a assunção da pessoa como ser socialmente comprometido com o projeto coletivo, implicando intervenção social, então ela não se aplica à mulher angolana rural que vê cerceadas as suas oportunidades de participação e afirmação sociais. Daí que qualquer corrente ideológica que defenda concepções de cidadania reportadas a valores e práticas culturais particulares, que condicione os direitos cívicos, que discrimine em função do gênero, não pode ter acolhimento porque a cidadania, enquanto património de todos, não se restringe a interesses de comunidades que não partilham os valores democráticos da igualdade de direitos e da dignidade humana (SILVA,2009)

Perante este quadro, compete ao Estado, em nome da igualdade de direitos e cidadania desenvolver ações de promoção social da mulher rural de formas que ela não passe a vida carregando o peso da inferioridade. Vale salientar que 37,6% da população feminina angolana reside no meio rural.

Segundo Silva (2011) este meio é caracterizado em linhas gerais por indicadores que configuram um quadro a baixo do desenvolvimento, marcado por: um modo de vida simples, a margem das tecnologias e condições de sobrevivência básica limitada; elevados índices de pobreza. De acordo com INE (2014), é importante salientar o grande distanciamento entre os níveis de alfabetização rural e urbana, em

favor do espaço urbano, uma característica inclinada aos vários indicadores de género em muitos outros contextos. Deste modo, o gráfico a seguir apresenta taxa de alfabetização da População com 15 ou mais anos, por área de residência e sexo:

Gráfico 3 - Proporção da População com 15 ou mais Anos de Idade que Sabem Ler e Escrever



Fonte: INE (2014).

Os dados contidos no gráfico acima detalham que, em 2014, a taxa de alfabetização a nível nacional estava em torno de 65,6%. Quanto o total da população urbana, 79,4% sabem ler e escrever e 20,6% não sabem. Já no que concerne a população rural 41,1% sabem ler e escrever, ao passo que 58,9% não sabem. Quanto ao total de homens 80% sabem ler e escrever, e 20% não sabem no que concerne as mulheres 53% sabem ler e escrever e 47% não sabem ler e escrever sendo maior no grupo etário entre os 15-24 anos, tanto para homens como para mulheres. Convertendo-se em valores de desigualdade no género de 0,64; 0,77 no espaço urbano, e 0,40 no espaço rural, é notório a discrepância no nível de escolaridade entre homens e mulheres, está realidade acaba sendo um dos fatores que influenciam na inserção da mulher no mercado de trabalho formal, uma vez que este mercado exige maior qualificação em relação ao informal (INE, 2014).

Segundo Censo (2014), demonstram que Angola tem cerca 25.789.024 habitantes. Cerca de 52% deste total, correspondendo a 13.289.983 pessoas, são mulheres. As mulheres representam a maioria da população nacional, superior aos 48% da população masculina de cerca de 12.499.041

Quanto à distribuição geográfica da população feminina, o Censo de 2014 revela que, do total nacional de 52% de mulheres, 62,4% ou 8.293.373, reside no espaço urbano, ao passo que 37.6% ou 4.996.610, reside no espaço rural. Angola tem mais de 25.289 localidades rurais comparativamente a 2.352 localidades urbanas (INE, 2016) De acordo com as projeções para 2016 produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016), Luanda é a província com maior concentração da população feminina, com uma previsão de 3.800.533 mulheres, seguindo-se das províncias da Huíla; Benguela, Huambo e Cuanza Sul; Bié, Uíge, Cunene, Malanje; Lunda Norte, Cuando Cubango, Cabinda e Zaire; finalmente, Moxico, Lunda Sul, Namibe, Cuanza Norte e Bengo (INE, 2014).

Em termos etários, a população feminina segue a tendência nacional em que 51% da população angolana tem menos de 15 anos de idade, e apresenta uma estrutura jovem, rondando a média de 21 anos e mediana de 15 anos. Em números, tal significa que, da população com idade compreendida entre os 15-24 anos, 18,4%, ou 2.441.539 são do sexo feminino; para a faixa etária dos 25-64, a percentagem cresce para 32,8% ou 4.356.274 pessoas.

Por fim, 2,6% da população feminina tem 65 ou mais anos de idade, no entanto, o índice de envelhecimento para a população feminina nacional é de 5.5. Este índice é bastante superior no espaço rural com o índice de 7.3, comparativamente ao espaço urbano com índice de 4.0. Os dados para a população masculina evidenciam um índice de envelhecimento de 4.3 a nível nacional; 2.8 urbano e 6.6 rural (INE,2014).

A jovialidade da população feminina acresce-se uma taxa de fecundidade de 5.7 filhos por mulher no cenário nacional; 5.2 e 6.5 nos espaços urbano e rural, respectivamente. No âmbito familiar, o cruzamento de dados entre o Censo de 2014 e o IIMS 2015-2016 mostram uma ligeira variação a nível da percentagem dos agregados chefiados por mulheres. Assim, o número de agregados familiares geridos por mulheres decresce de 38% em 2014 para 35% em 2016 (INE, 2016).

O INE (2014) apurou que a taxa de alfabetização nacional se localizava, até 2014, em 65.6%; 79.4% urbana contra 41.1% rural 80% nos homens, contra 53% nas mulheres, sendo maior no grupo etário entre os 15-24 anos, tanto para homens como para mulheres

Os dados mais recentes do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 mostram que 22% das mulheres e 8% dos homens entre os 15-49 anos

não têm nível algum de escolaridade, já que nunca frequentarem uma instituição de ensino, e 33% das mulheres entre os 15-24 anos não sabem ler, comparativamente a 16% dos homens no mesmo grupo (INE, 2016).

Com base no estudo feito pelo Minfam (2014) de mostra que a proporção a população com 15-24 anos de idade que sabia ler e escrever era de 92,5% isso no espaço urbano e 59,4% no espaço rural. Quanto a Proporção de mulheres com 15-24 anos de idade que sabem ler e escrever 89, 2% para a zona urbana e 45,5% para a zona rural.

Vale salientar que saber ler e escrever é uma das capacidades mais importantes que o ser humano pode desenvolver , e em Angola, as diferenças na taxa de alfabetização entre homens e mulheres são bastante consideráveis, estando como um dos indicadores da desigualdade de género (INE, 2014).

Após a apresentação do contexto histórico e geográfico do país, o ponto abaixo propõe-se a abordar sobre o estado de forma geral, e algumas concepções existentes relativamente ao conceito estado.

4 INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA

No presente capítulo, será abordado os assuntos relacionados ao tema de pesquisa escolhido. Busca-se aqui fazer uma investigação detalhada sobre as principais variáveis envolvidas no problema levantado partindo de um referencial teórico especializado no assunto. Deste modo, será feita uma breve revisão bibliográfica sobre os três pontos escolhidos, trabalho feminino, mercado de trabalho formal em Angola e a participação feminina no mercado formal de trabalho em Angola, abordando as perspectivas de diversos autores de modo a contextualizar o problema levantado.

Nos dias atuais falar de mulher é ainda infelizmente falar de exclusão social, fatores como a globalização e o ajustamento estrutural têm contribuído não só para destruição da capacidade das sociedades agirem por si e sobre si próprias, mas também tem contribuído para o aumento da pobreza feminina com consequências tão trágicas como: a falta de cidadania, o insucesso escolar, o desemprego e a prostituição (PEREIRA, 2005).

Segundo Pereira (2005), processo de inclusão da economia angolana, no comércio global começou na transição para o multipartidarismo em Angola isso no período dos anos 90, essa transição reforçou ainda mais a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Ainda segundo o autor, a mulher angolana encontra várias barreiras tanto para integrar-se no mercado formal de trabalho, como para crescer profissionalmente ou ainda receber maiores salário.

Após a independência o governo realizou inúmeras ações no concerne à educação, este sistema de educação era baseado no princípio da universalidade, livre acesso e igualdade de oportunidade, nos primeiros quatro anos o ensino básico era obrigatório para todas as crianças, criou campanhas de alfabetização para adultos de formas a reverter os níveis de analfabetismo que era muito elevado (PEREIRA, 2005).

Com base no estudo feito por Pereira (2005), um conjunto de fatores tais como sociais e econômicos relacionados com a guerra-civil e com a instabilidade econômica influenciou no problema do déficit educacional Angolano. Com base no mesmo estudo Vale ressaltar que o sistema educacional angolano apresenta um índice de desempenho dos mais baixos do mundo e da África.

Na origem da baixa qualidade do sistema educacional angolano podem ser apresentados diversos fatores tais como: A deficiente preparação e qualificação do corpo docente, reduzido tempo letivo, o estado de degradação generalizado das infraestruturas escolares, a quase inexistência de manuais e outros materiais escolares, a falta de alimentação escolar (PEREIRA, 2005).

Com base no estudo feito por Pereira (2005), as mulheres foram fortemente afetadas pelo sistema educacional precário do país. O estudo detalha ainda que, neste período muitas famílias não tinham condições para mandar todos os filhos para escola, deste modo as mulheres eram direcionadas para as atividades domésticas, e as poucas meninas que frequentavam escolas enfrentavam vários problemas relacionados a igualdade de oportunidades como estereótipos de gênero. Diante deste cenário, o estudo detalha que essas mulheres que tinham oportunidade de estar nas escolas eram obrigadas a conciliar as tarefas domésticas, atividades escolares e de certa forma contribuírem para o sustento da família. Como resultado destes problemas a taxa de desistência das meninas era elevadíssima chegando a 29% em 1997 (PEREIRA, 2005).

Em síntese o quadro observado permite realçar que o baixo nível de escolaridade das mulheres e questões culturais são fatores que influenciam direta ou indiretamente ao acesso da mulher no mercado formal. Para pereira (2005), a desigualdade no mercado de trabalho formal deve-se a três fatores:

- A migração por parte das famílias das zonas rurais para capital: por conta da guerra muitas famílias imigraram para capital do país em busca de melhores condições de vida, O excesso de população nas áreas urbanas provocou uma procura descontrolada de emprego e as mulheres com poucas ou nenhuma qualificações foram fortemente afetadas.
- A fragilidade no quadro econômico na transição da primeira república para segunda: este período foi caracterizado pelo processo de transição de multipartidarismo para economia de mercado. O processo de liberalização em angola, ou seja, transição de uma economia socialista para uma economia de mercado isto no período de 1992 culminou em alterações que não ficaram restritas a esfera produtiva, determinando conseqüentemente a questão de gênero no mercado de trabalho urbano tanto na sua dimensão formal como informal

- A negligência do governo na criação de políticas públicas que protegessem a mulher dos efeitos da transição econômica e também das transformações ocorrentes no mercado de trabalho (PEREIRA, 2005).

Em suma, percebe-se que a guerra ocorrida em Angola teve grandes impactos no mercado de trabalho deixando marginalizado e excluído o interior do país e conseqüentemente o mercado interno de grande escala (PEREIRA, 2005). Com base no estudo feito por Pereira (2005), além das guerras, as liberalizações da economia trouxeram uma redução da procura de força de trabalho tanto no âmbito do setor público como no privado, provocou a diminuição dos rendimentos das famílias e forçou a busca de geração de recursos no setor informal

As atividades informais constituem parte principal dos rendimentos para população angolana, de igual modo esta atividade fornece bens de serviço e de consumo, satisfazendo assim as necessidades das famílias (PEREIRA, 2005). O autor detalha que boa parte das mulheres angolanas se encontram inseridas no mercado de trabalho informal, pelo simples fato deste mercado não exigir muita qualificação profissional. Apesar das mulheres apresentarem uma das principais fontes de rendimento das famílias angolanas elas enfrentam condições precárias como: extrema insegurança, incerteza e condições miseráveis (PEREIRA, 2005).

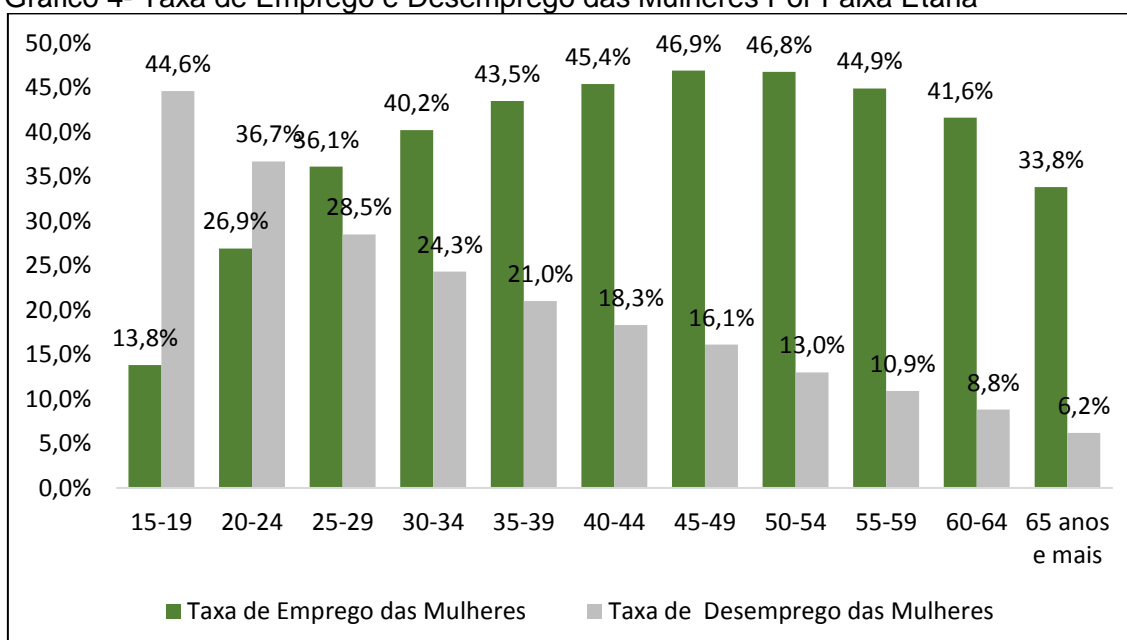
Com base no estudo feito pelo Unctad (2013), alguns estudos encontraram um elo entre a liberalização do comércio e o aumento da informalidade, embora as conclusões não sejam definitivas. O estudo descreve ainda que em Angola, o processo de crescimento acelerado da economia informal, que precedeu em muito a liberalização do comércio, tem sido resultado de uma confluência de fatores: fluxo migratório em direção às capitais das províncias em decorrência do conflito armado; distorções geradas pelo sistema econômico centralizado e planejado, que tornou possível o desenvolvimento de instrumentos e eventos propensos à apropriação dos ganhos; incapacidade tanto do setor público quanto do privado de criar novos empregos para uma população em expansão; desarticulação dos salários como principal fonte de renda; e o declínio progressivo da disponibilidade de produtos e serviços fornecidos pelo Estado.

Segundo Unctad (2013), os efeitos da liberalização e da taxa de câmbio criaram incentivos negativos ao crescimento da produção de mercadorias capazes de competir com as importações e estimular as exportações, restringindo assim tanto o desenvolvimento de novas atividades produtivas quanto a expansão das empresas

existentes, fatores necessários à criação de empregos formais na economia. Por conseguinte, a crescente população urbana ficou sem qualquer alternativa a não ser voltar-se para o setor informal. O mesmo estudo aborda que isso é particularmente verdadeiro no caso da mão de obra feminina que não dispõe de amplas oportunidades de trabalho nos setores formais da economia responsáveis pelos empregos urbanos em Angola, tal como a construção civil. Além disso, o perfil pouco capacitado da força de trabalho feminina limita sua possibilidade de ocupar cargos com alto grau de qualificação disponíveis em algumas indústrias de capital intensivo.

O gráfico abaixo demonstra a taxa de desemprego e emprego das mulheres no ano de 2013.

Gráfico 4- Taxa de Emprego e Desemprego das Mulheres Por Faixa Etária

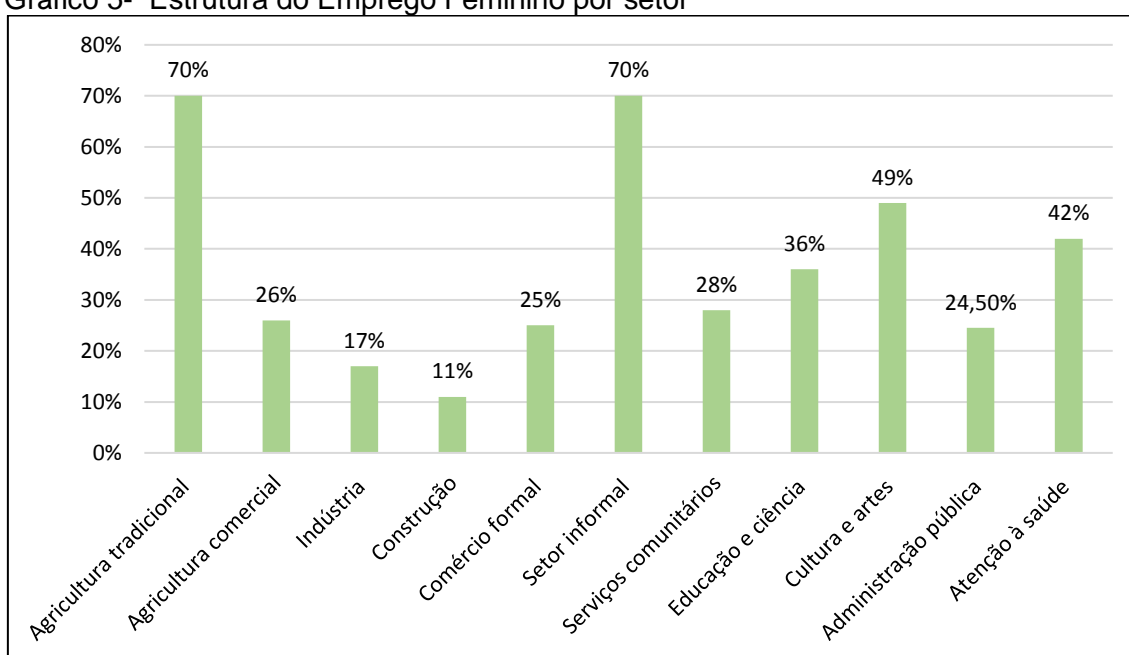


Fonte: INE (2014).

Como se pode observar graficamente, em Angola a taxa de desemprego de mulheres entre 15-19 anos é de 44,6% e a taxa de emprego corresponde a 13,8% o que está na base destes números é que em Angola as mulheres que têm entre 15-19 anos possuem baixo nível de escolaridade e baixa qualificação profissional por conta disso é que se observa o número pequeno no que diz respeito ao seu acesso ao mercado de trabalho. Observa-se também que a taxa de Desemprego de mulheres com idade compreendida entre 20-24 anos é de 36,7% e a taxa de emprego é de 26,9% observa-se que neste intervalo de idade o desemprego ainda é maior que o emprego mas a diferença entre o desemprego e o emprego não é tão drástica quanto

na idade anterior, verifica-se ainda que o emprego e desemprego em mulheres com idades compreendidas entre 25-29 40,2% para taxa de emprego e 24,3% para o desemprego neste intervalo de idade pode-se observar graficamente que a taxa de emprego é maior que a taxa de desemprego nas idades subsequentes pode se verificar mesmo comportamento , ou seja a taxa emprego é sempre maior que o desemprego ou seja na medida em que a idade vai aumentando o desemprego vai diminuindo e a taxa de emprego vai aumentando.

Gráfico 5- Estrutura do Emprego Feminino por setor



Fonte: INE (2014).

Em Angola não existem muitos dados disponível sobre a distribuição do desemprego por sexo, mas segundo dados do censo (2014) é possível se verificar que a taxa de desemprego rural é substancialmente mais baixa do que a urbana, por conta de questões sociais e culturais acima descritas. De acordo com o gráfico acima descrito verifica-se que a vasta maioria da mão de obra feminina trabalha na agricultura com um valor percentual de 70% na agricultura tradicional, vale destacar também que 70% das mulheres angolana encontram-se no setor informal, seguido de cultura e artes que emprega 49% e vale destacar também a saúde com um percentual de 42%, educação e ciência 36% e serviços comunitários 28% o setor que menos emprega mulheres como se pode observar graficamente é a construção (INE, 2014).

De acordo com Unctad (2013) O setor privado de Angola gera emprego para apenas cerca de 200.000 trabalhadoras, ou seja, para tão somente 5,3% da mão de obra feminina, enquanto o Estado emprega outros 2,7%, o segmento Serviços (saúde, educação, administração pública, comércio, agricultura) representa 73,6% de todo o emprego feminino na economia formal. O mesmo estudo descreve que de acordo ao padrão mundial, Angola apresenta intensidade relativamente alta de mão de obra feminina em áreas tais como saúde e educação, contudo, a proporção de mulheres presentes nesses setores é inferior à de outros países em desenvolvimento. Tal fato poderia ser explicado pela falta de qualificação necessária, devido ao reduzido acesso das mulheres a uma capacitação especializada.

4.1 AS MULHERES NA POLÍTICA E NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A cidadania é um termo utilizado para descrever a vida em sociedade, sua origem está correlacionada ao desenvolvimento das “polis grega” partindo daí tornou-se referência aos estudos que enfocam a política e as próprias condições do seu exercício tanto nas sociedades antigas como nas modernas. Portanto alterações nas condições socioeconômicas resultaram igualmente na evolução do conceito e da prática da cidadania, moldando de acordo com a necessidade de cada época. (EZENDE FILHO; BARROS, 2001).

De acordo com Unctad (2013), Angola possui um sistema jurídico misto baseado no direito civil portugueses. Os princípios de igualdade de gênero e de não discriminação contra a mulher estão consagrados na Constituição e na legislação nacional. O mesmo estudo observa ainda que os compromissos de Angola com a igualdade de gênero são evidenciados na análise de sua legislação e políticas nacionais oficiais. Entretanto, os dados revelam que a disparidade de gênero ainda persiste na sociedade angolana e as desigualdades entre homens e mulheres ainda constituem um desafio ao desenvolvimento.

O direito consuetudinário (tradicional) é muito arraigado e questões relacionadas à posse da terra ou a heranças ainda são regidas pelas práticas tradicionais, as quais, tipicamente, discriminam as mulheres (PEREIRA, 2005).

De acordo com Pereira (2005), em Angola existe uma estrutura específica capaz de tratar questões relacionadas a mulher, durante a luta colonial foi criada a Organização da Mulher OMA (1962) com o objetivo central de promover o papel das

mulheres e dar suporte a campanha nacionalista. O estudo descreve ainda a OMA para além de promover a mulher angolana no seio do MPLA, promovia pequenas ações de formação e sobre tudo protegia as mulheres nas questões familiares, saúde e justiça.

Com a transição para o multipartidarismo, a Organização das Mulheres Angolanas (OMA) deixou de estar relacionada diretamente ao governo, e passou ao estatuto de organização político partidária do MPLA. O estudo prossegue dizendo que em 1991, foi criada a secretária do estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher – SEPMD, que mais tarde foi transformada no MINFAMU, isto em 1997 (PEREIRA, 2005).

O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) é o braço governamental encarregado de definir e executar a política nacional para a defesa e garantia dos direitos da mulher inserida na família e na sociedade em geral”. O ministério enfrenta dificuldades tanto em termos de recursos humanos quanto orçamentais. O seu quadro de funcionários é limitado e com pouco acesso à formação em temáticas relacionadas com a promoção da mulher e da igualdade de gênero, áreas estas que necessitam de constante atualização (MINFAMU, 2012).

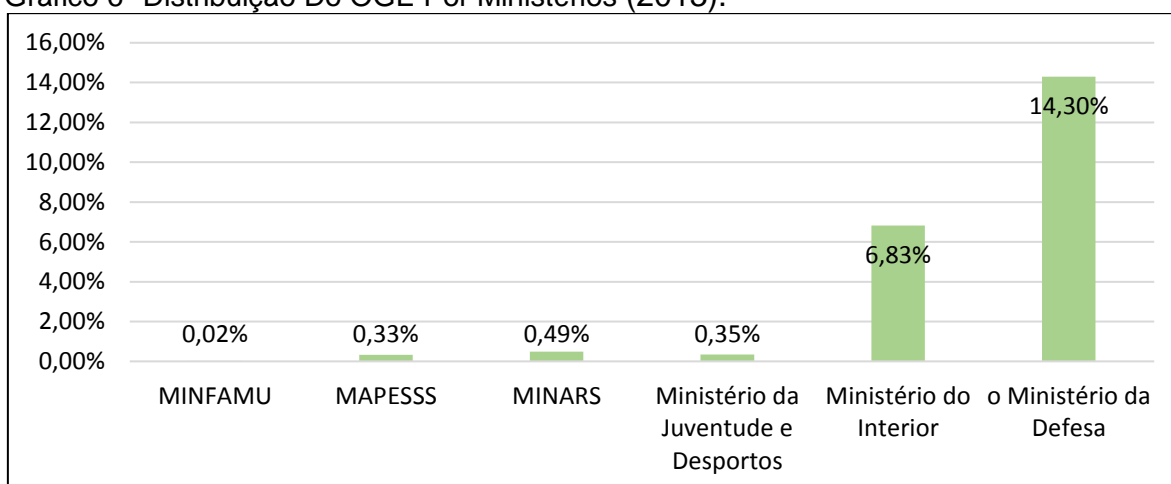
A pesar da existência de uma estrutura específica para abordar as questões da mulher em Angola, não significa que o governo tem como prioridade questões relacionadas ao gênero pois as ações realizadas até agora pelo MINFAMU são, incapazes de alterar a realidade das mulheres em Angola apesar do apoio dado pela comunidade internacional projetos desenvolvidos neste ministério. Além disso o mercado de trabalho não é uma área prioritária nas ações do MINFAMU, pois seu foco primordial está em atividades como: violência (orientação jurídica) e da saúde da mulher HIV-SIDA, nutrição, cuidados maternos. O único elemento referente ao mercado de trabalho que se pode destacar é relativamente a um programa de microcrédito lançado no ano de 2002 pelo MINFAMU voltado primordialmente para área rural, mas especificamente na agricultura familiar, criação de gado e artesanato (PEREIRA, 2005)

De acordo com Pereira (2005), segundo relato dos próprios responsáveis, o alcance destes mesmos projetos foi muito limitado devido principalmente à falta de recursos que impediram a sua implementação. O estudo detalha ainda que MINFAMU não é um ministério prioritário para o governo angolano, em seu primeiro ano de

funcionamento contava com apenas 300 trabalhadores para todo país; dente os 300 trabalhadores apenas ,22 tinha o ensino universitário completo.

Dentre todos os ministérios, o MINFAMU é o que possui menor dotação orçamental, de 0,02%, o que fica mais evidente quando se compara essa dotação com os outros ministérios de baixa dotação orçamental como se ode observar o gráfico a baixo , como por exemplo o MAPESSS, com 0,33%, o Ministério da Assistência e Reinserção Social – MINARS, com 0,49%, o Ministério da Juventude e Desportos, com 0,35%, e principalmente se comparado com os ministérios de maior dotação orçamental, como o Ministério do Interior, com 6,83% e o Ministério da Defesa, com 14,30%, por conta disso é que as ações do MINFAMU têm sido extremamente limitada.

Gráfico 6- Distribuição Do OGE Por Ministérios (2013).



Fonte: UNCTAD (2013).

Em suma o processo de inclusão da mulher angolana no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade passa pelo aumento da participação feminina em todos os setores e áreas profissionais uma vez que, ainda hoje, se percebe uma reduzida participação feminina em áreas e setores profissionais tidos como tradicionalmente masculinos, apesar do Estado angolano ser signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDAW e da Declaração da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento ambos os documentos defendendo a participação da mulher no mercado de trabalho de forma a garantir uma representação equitativa da mulher e do homem no processo de tomada de decisão a todos os níveis, a participação da mulher não é uma

prioridade, sendo que tal facto pode ser constatado tanto a nível do governo central como a nível do governo local: (PEREIRA, 2005).

A nível do governo central: Em 2002, de entre os 29 Ministros de Estado, as mulheres eram titulares de 3 pastas e dos 45 Vice-ministros, apenas 5 eram mulheres. No parlamento, do total de 220 deputados, apenas 36 eram mulheres (27 no MPLA, 6 na UNITA, 3 no PLD).

A nível do governo local: Em 2002, dentre os 18 governadores de províncias e os 37 vice-governadores, não havia nenhuma mulher. Entre os 161 administradores municipais, apenas 3 eram mulheres e entre os 352 administradores comunais, apenas 5 eram mulheres. Na administração Pública, os homens ocupavam cerca de 60% dos empregos e 66% dos cargos profissionais (técnicos, médios e superiores). No poder judiciário as mulheres ocupavam apenas 13,3% dos cargos. Na carreira diplomática o cenário não era diferente, dos 78 embaixadores apenas 6 eram mulheres, dos 56 ministros conselheiros apenas 12 eram mulheres e dos 12 cônsules, 2 eram mulheres

Embora presente em todas as províncias por meio das Direções da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU), os recursos humanos e financeiros descentralizados são limitados. É pouca ou nenhuma a independência da agenda de trabalhos das DIFAMU em relação ao MINFAMU, atuando estas maioritariamente como implementadoras dos programas definidos por Luanda. Apesar do crescimento da temática da igualdade de gênero nas políticas e programas do Estado, a análise sumária do OGE revela claramente que o MINFAMU não é prioritário em termos de investimento financeiro do Governo, tendo a menor dotação orçamental entre todos os ministérios (RELATÓRIO SOCIAL, 2012).

Com base no estudo feito pelo relatório social de Angola (2012), dentre os órgãos do MINFAMU, destaca-se a Direção Nacional para Igualdade e Equidade de Género (DNIEG) que é o serviço executivo encarregado de acompanhar a execução da PNIEG entre as várias instituições governamentais, não-governamentais e sociedade civil.

Reconhece-se a responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam na promoção de oportunidades iguais, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, social e política das mulheres e dos homens; e a necessidade de se melhorar a condição de vida das

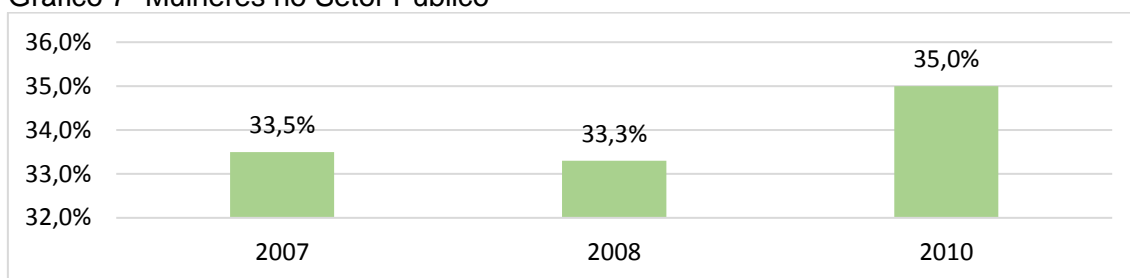
famílias e das mulheres através de políticas e programas que privilegiem a moralização da família e da sociedade em geral (RELATÓRIO SOCIAL, 2012).

De formas a atender às metas definidas nos Acordos e Protocolos Internacionais assinados por Angola. O MINFAMU está a desenvolver a estratégia de implementação do Plano de Ação da PNIEG que envolve a sensibilização e divulgação da PNIEG e o desenvolvimento de medidas para o monitoramento das ações desenvolvidas pelos parceiros. Cabe assegurar que os dispositivos previstos na PNIEG estejam associados à definição do orçamento necessário para o seu cumprimento (RELATÓRIO SOCIAL, 2012).

De acordo com o Relatório Social (2012), para a Plataforma Mulheres em Ação – PMA, um dos grandes desafios para a promoção da IG no País é a integração da administração provincial e local nas discussões em desenvolvimento a nível nacional assim como o desenvolvimento de uma cultura de publicação da informação, não só pelo MINFAMU, mas pelas demais organizações do Estado. O mesmo estudo aborda ainda que embora presente em todas as províncias por meio da DIFAMU, os recursos humanos e financeiros descentralizados são limitados, e que existem pouca ou nenhuma a independência da agenda de trabalhos das DIFAMU em relação ao MINFAMU, atuando como implementadoras dos programas definidos por Luanda. As DIFAMU atuam principalmente na resolução dos casos de violência doméstica.

O peso da representação feminina nos parlamentos é medido pela percentagem de mulheres neste espaço político. O país mostra progressos no combate à sub-representação das mulheres nesta estrutura central de decisão e de formulação de políticas para o cumprimento das metas de participação política. Segundo dados nacionais para 2016, dos 220 lugares da Assembleia Nacional, distribuídos entre os 5 partidos com representação parlamentar, 138 são homens, o que corresponde a 63,2%, e 36,8%, ocupando 82 lugares, são mulheres. Entre 2012 e 2016, a percentagem de mulheres parlamentares registou aumentos consecutivos (INE, 2016).

Gráfico 7 -Mulheres no Setor Público



Fonte: UNCTAD (2013).

Estado é o principal empregador da economia formal angolana. O número total de contratações na administração pública, tanto no governo central, quanto no local, tem apresentado crescimento constante os resultados podem ser vistos no gráfico acima. Em 2007 a participação da mulher no setor público era de 33,5% e em 2008 o número reduziu para 33,3% já no período de 2010 o número aumentou para 35,0%.

Tabela 3 - Grau de Participação das Mulheres Angolanas nas Estruturas de Decisão Política e Administrativa, no período de 2005,2010 e 2014

| | M | H | % de M | Total 2005 | M | H | % de M | Total 2010 | M | H | % de M | Total 2014 |
|-------------------------------|----|-----|--------|------------|----|-----|--------|------------|----|-----|--------|------------|
| Poder Executivo | | | | | | | | | | | | |
| Ministros de Estado | | | | | | 3 | 0,0% | 3 | | 2 | 0,0% | 2 |
| Ministros de Estado | 2 | 28 | 6,6% | 30 | 9 | 22 | 29,0% | 31 | 8 | 33 | 19,5% | 41 |
| Vice-Ministros | 11 | 38 | 22,0% | 49 | 7 | 29 | 20,6% | 36 | | | | 0 |
| Secretário de Estado | 1 | | | | 4 | 14 | 22,0% | 18 | 10 | 51 | 16,3% | 61 |
| Governad. Provinciais | 0 | 18 | 0,0% | 18 | 3 | 15 | 16,7% | 18 | 2 | 16 | 20,0% | 18 |
| Vice- Gov. Provinciais | 4 | 35 | 10,2% | 39 | 9 | 31 | 22,5% | 40 | 8 | 33 | 19,5% | 41 |
| Administ. Municipais | 10 | 121 | 3,1% | 131 | 26 | 134 | 16,3% | 160 | 42 | 163 | 10,4% | 205 |
| Administ. Comunais e Adjuntos | 18 | 481 | 4,0% | 499 | 30 | 353 | 7,8% | 383 | 69 | 102 | 6,7% | 1090 |
| Líderes Tradicionais | 51 | 398 | 1,2% | 4032 | | | | | | | | |

FONTE: MINFAMU (2014).

A tabela acima descrita, demonstra a participação das mulheres angolanas nas Estruturas de decisão política e Administrativa no período de 2005, 2010 e 2014 Com base no quadro pode-se dizer que no período de 2005, teve duas mulheres como ministra de Estado em comparação com 28 homens, nos cargos de vice ministro o estudo demonstra que destes cargos 11 eram mulheres em comparação com 38

homens, no cargo de secretárias de Estado podemos observar 1 mulher em comparação com 0 homens, nos cargos de governadores provinciais foram 0 mulheres e 18 homens, quanto aos cargos de vice-governadores provinciais foram 4 mulheres em comparação com 35 homens, já nos cargos de ADM-Municipais foram 10 mulheres em comparação com 121 homens, nos cargos de ADM-Comunais ou adjuntos foram 18 mulheres e 481 homens, quanto aos cargos de líderes tradicionais foram 51 mulheres e 3981 homens.

No ano de 2010 no cargo de Ministros de Estado 9 mulheres um número mais elevado em comparação com o ano anterior e 22 homens. Para os cargos de Vice-Ministros foram 7 mulheres em comparação com 29 homens. Para os cargos de Secretário de Estado foram 4 mulheres em comparação com 14 homens, Governadores Provinciais para este cargo, no ano de 2010 foram 3 mulheres e 15 homens. Para os Vice-Gov. Provinciais foram 9 Mulheres e 31 homens. Já nos cargos de Administração Municipais foram vinte e seis mulheres em comparação com cento e trinta e quatro homens. Para os cargos de Administração. Comunais e Adjuntos foram trinta mulheres em comparação com 353 homens. Pode se verificar na tabela acima descrita que para o ano de 2014 essa diferença drástica entre homens e mulheres nos cargos de destaques prevalece.

4.2 ANGOLA E OS PROTOCOLOS INTERNACIONAIS SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO

Segundo Unctad (2013), Angola é parte primordial de instrumentos regionais e internacionais relativos ao progresso das mulheres e à promoção da igualdade de gênero. O mesmo estudo descreve ainda que em 1986, o país aderiu à CEDAW, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979, e em 2007 ao Protocolo Facultativo da CEDAW de 2000.

De acordo com Unctad (2013), no plano regional, Angola renovou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, também conhecido como o Protocolo de Maputo (2007), e o Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento (2008), e subscreveu a Declaração sobre Gênero e Desenvolvimento da SADC (1997). Com base no mesmo estudo, como membro da União Africana, Angola endossou a Declaração Solene sobre Igualdade de Gênero e a Política de Gênero da União Africana, a qual

estabelece o marco de ação para a aceleração da igualdade de gênero, da justiça de gênero e da não discriminação no âmbito africano.

Com base no estudo feito por Unctad (2013), o governo angolano tomou várias medidas de modo a promover a igualdade de gênero e os direitos da mulher no plano nacional, em fevereiro de 2010, entrou em vigor a nova Constituição que veio substituir a de 1992. Em conformidade com a Carta anterior, o novo documento tem como objetivo central o princípio da igualdade e da não discriminação entre os cidadãos, independentemente do sexo. Reforça o princípio da igualdade de gênero ao sublinhar que homens e mulheres possuem direitos e obrigações iguais na família e na sociedade.

A nova Constituição situa a promoção da igualdade de gênero dentre as principais responsabilidades governamentais, e afirmar sua obrigação de assegurar direitos e oportunidades equitativos sem distinção de “origem, raça, grupo étnico, sexo ou cor”. As mulheres em Angola desfrutam de um elevado grau de liberdades civis e, segundo o Banco Mundial, não existe discriminação de jure contra as mulheres no que se refere às diferentes dimensões dos direitos legais (UNCTAD, 2013).

Tabela 4 - Licença a Maternidade, Garantias Constitucionais, e Igualdade Salarial

| País | Licença a Maternidade | Constituição Garante Proteção contra Discriminação de Gênero no Trabalho | O salario igual é garantido para homens e mulheres |
|----------------------|------------------------------|---|---|
| <i>África do Sul</i> | 14 á 25,9 semanas | Sem provisão específica | Garante pagamento igual para trabalho igual |
| <i>Alemanha</i> | 52 semanas ou mais | Sem provisão específica | Garante pagamento igual |
| <i>Angola</i> | Menos de 14 semanas | Amplamente garantido | Garante pagamento igual para trabalho igual |
| <i>Brasil</i> | 14 á 25,9 semanas | Garantia estreita | Garante pagamento igual para trabalho igual |
| <i>Cabo verde</i> | Menos de 14 semanas | Sem provisão específica | Garante pagamento igual |
| <i>Canada</i> | 52 semanas ou mais | Sem provisão específica | Garante pagamento igual para trabalho igual |
| <i>China</i> | 14 á 25,9 semanas | Sem provisão específica | Garante pagamento igual |
| <i>EUA</i> | Sem licença remunerada | Sem provisão específica | Garante pagamento igual |
| <i>Moçambique</i> | Menos de 14 semanas | Sem provisão específica | Garante pagamento igual |
| <i>Portugal</i> | 26 á 51,9 semanas | Sem provisão específica | Garante pagamento igual para trabalho igual |

Fonte: GLOBAL GENDER GAP REPORT, 2016⁴.

⁴ Disponível em: <<http://projects.two-n.com/world-gender/>> Acesso em: Outubro\2018.

A tabela acima descrita demonstra que o período de licença maternidade de alguns países, para a questão da licença a maternidade vale destacar que a constituição angolana permite uma licença maternidade de até 14 semanas, quando a sua constituição no que concerne a garantia da proteção contra a discriminação de gênero no trabalho, pode se dizer que a constituição angolana dá uma proteção amplamente garantida isso, em termos constitucionais.

No caso do Brasil, quanto ao período de licença maternidade varia entre 14 a 25,9 semanas. Quanto a proteção constitucional no âmbito da discriminação de gênero no mercado de trabalho é definida como estreita.

Tabela 5 - Índice de Desigualdade de Gênero

| | Índice de Desigualdade de Gênero | % |
|------------|---|----------|
| 1 | Islândia | 0,874 |
| 2 | Finlândia | 0,845 |
| 3 | Noruega | 0,842 |
| 4 | Suécia | 0,815 |
| 5 | Ruanda | 0,8 |
| 13 | Alemanha | 0,766 |
| 15 | África do Sul | 0,764 |
| 21 | Moçambique | 0,75 |
| 31 | Portugal | 0,737 |
| 35 | Canadá | 0,731 |
| 36 | Cabo Verde | 0,729 |
| 45 | Estados Unidos | 0,722 |
| 117 | Angola | 0,643 |

Fonte: GLOBAL GENDER GAP REPORT, 2016⁵.

A tabela acima descrita demonstra o índice de desigualdade de gênero, no índice de desigualdade de gênero quanto maior em melhor posição encontra-se, como se pode observar nos países descrito no quadro, a Islândia ocupada o primeiro lugar com um percentual de 0,874%. Como pode ser observado na tabela Angola em comparação com os países acima descrito ocupa o último lugar com um percentual

⁵ Disponível em: <<http://projects.two-n.com/world-gender/>> Acesso em: Outubro\2018.

de 0,643% pode se dizer que ainda, há muito que se fazer em Angola no que concerne a desigualdade de gênero.

4.3 LEGISLAÇÃO ATUAL EM ANGOLA SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO

De acordo com Minfamu (2013), além dos protocolos internacionais assinados por Angola relativamente a igualdade de gênero, em Angola num contexto específico a questão do gênero está consagrada em vários textos legais, dentre eles a Constituição da República, que contempla o “Princípio da igualdade” nos artigos primeiro e segundo; a Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 2/2005) contém uma provisão de representação de gênero não inferior a 30% e a Lei Geral do Trabalho (Lei nº 2/2000), atualmente em revisão, no seu artigo terceiro, considera que todos os cidadãos (homens e mulheres) têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação (MINFAMU,2013).

A aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei n.º 25/11) foi outro importante conquista para a igualdade de gênero em Angola, faltando agora a aplicação dos mecanismos jurídicos e institucionais para a sua completa implementação (MINFAMU,2013).

Com base no estudo feito pelo Minfamu (2013), mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND) contempla igualmente a promoção da igualdade de gênero. Com base no mesmo estudo O discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional da Mulher Rural enfatizou a necessidade de desenvolvimento de programas específicos para a mulher rural, tendo, no seu seguimento, sido validado o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural (PNADEMUR 2015-2017).

Em 2013, foram aprovadas a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero (Decreto nº 222/13) e a Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para a sua Implementação e Monitorização (PNIEG) (MINFAMU, 2013). Apesar dos grandes avanços no quadro legal, o direito consuetudinário ou tradicional é frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher, colocando-a em situação de grande vulnerabilidade social, nomeadamente no que respeita ao matrimónio, aos direitos de propriedade, à custódia dos filhos, à prática de adultério República de Angola, Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (MINFAMU, 2013).

4.4 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

As organizações de mulheres em Angola apresentam-se como um dos mecanismos principais para promoção da igualdade de género em todo País. Estas mesmas organizações têm vindo reforçar desde a transição para o multipartidarismo e desde a aprovação da Lei das Associações (Lei n.º 14/91, de 11 de maio de 1991).

Foi primordial o papel das organizações de mulheres durante o processo para o alcance da paz, bem como o seu contínuo contributo para a promoção da igualdade de género no País (MINFAMU, 2013).

Foi inicialmente num contexto da guerra civil que as organizações de mulheres iniciaram a estruturar-se, atuando por meio do desenvolvimento de programas de sensibilização para a participação política e social, de programas de apoio ao empreendedorismo (por meio da Federação de Mulheres Empreendedora de Angola – FMEA) e de ações de formação (desenvolvidas principalmente por organizações político-partidárias como a OMA e a LIMA). A Rede Mulher, primeira plataforma temática começou a estruturar-se no âmbito da preparação da quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1994, mas estabeleceu-se oficialmente em 1998(MINFAMU, 2013).

Com base no estudo feito pelo Minfam (2013), algumas das organizações de mulheres anteriormente ativas na sociedade civil no contexto do processo de paz diminuíram em muito as suas atividades devido principalmente à falta de financiamento, como o caso da Mulheres, Paz e Desenvolvimento (MPD) e da própria Rede Mulher.

Abaixo listam-se as organizações que atualmente estão mais ativas na área da promoção da igualdade de género no país, com destaque em algumas de algumas Organizações da Sociedade Civil (OSC) que já alcançaram um maior nível de maturidade como é o caso da (e.g. ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente ou DW – Development Workshop), os apoios financeiros e oportunidades para formação são mais limitados. Estas mesmas organizações carecem de conhecimentos que possibilitem um efetivo acompanhamento das políticas públicas para a produção de estudos que permitam o melhor desempenho e planeamento dos projetos (MINFAMU,2013).

Muitas das organizações de mulheres antigamente ativas na sociedade civil no contexto do processo de paz, reduziram em grande escala as suas atividades devido à falta de financiamento, como o caso da Mulheres, Paz e Desenvolvimento (MPD) e da própria Rede Mulher (MINFAMU,2013).

Abaixo listam-se as organizações que atualmente estão mais ativas na Área da promoção da igualdade de género no País.

Quadro 1 - Principais Organizações da Sociedade Civil Angolana na Área Do Gênero

| Organização | Descrição |
|--|---|
| AAMPA – Associação de Apoio a Mulher Polícia de Angola | Fundada em 1995, a AAMPA tem como objetivo principal fortalecer a união das mulheres no seio policial, promovendo deste modo a melhoria da sua condição social. Dá um importante contributo nas ações de divulgação da Lei contra a violência doméstica. |
| ASSOMEL - Associação de Mulheres Empresárias da Província de Luanda | Tem como objetivo central apoiar o desenvolvimento de PME geridas por mulheres. Realiza estudos voltados para a situação das mulheres empresárias de Luanda, realiza ainda ações de formação profissional. Organização filiada na FMEA. |
| FMEA - Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola | Criada em novembro de 2001, tem como objetivo central promover o trabalho em rede das associações de mulheres empresárias. Ela tem um total de 16 associações provinciais de mulheres empresárias |
| FMJ - Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género | Criado em outubro de 2006 no final do 1.º Encontro Internacional de Mulheres em Angola (sobre a participação política das mulheres). Liderou em Angola a campanha internacional “Desafiando o Silêncio: Os Meios de Comunicação Contra a Violência no Género16”. Dedicase à intensificação da abordagem de temas ligados à violência sobre a mulher nos órgãos de comunicação social. |
| PMA – Plataforma Mulheres Ação | Tem como objetivo primordial “contribuir e influenciar para a maior consciência de género e mobilização da sociedade na defesa e promoção dos direitos cívicos e políticos, e maior participação da mulher na vida pública e política”. |
| Rede de Desenvolvimento do Género Mateusengado Ghoedoras de Angola - Género do Cazenga | Foi criada em 2008, mas ainda não obteve sucesso no seu processo de legalização já em trâmite, é composta por 15 organizações que atuam em diversas áreas temáticas, entre elas a formação profissional e a alfabetização. |
| Rede Mulher | Tem como objetivo principal trabalha as questões do género sob várias vertentes: troca de informações, violência contra a mulher, promoção da paz, participação das mulheres no processo decisório. |
| Rede Mwenho – Rede Angolana de Mulheres Vivendo com o VIH | Tem como objetivo primordial orientar e acompanhar as mulheres ser opositivas em diferentes questões associadas à doença (Mwenho, em língua Kimbundu, significa vida). Atua em diversas províncias. No âmbito deste trabalho foi também contactada a Rede Muwenho no Uíge. |
| Comité das Mulheres Sindicalizadas CNMS – UNTA | Fundada em 1988 na UNTA-CS com o objetivo central de defender a igualdade de direitos e oportunidades no trabalho da mulher angolana. Promove neste âmbito ações de formação, estudos e outras iniciativas (e.g. Jornadas da mulher sindicalizada, Encontro das trabalhadoras do informal). Trabalha de forma articulada com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas |

FONTE: MINFAMU (2014).

Apesar destas organizações demonstrarem crescimento, elas apresentam muitas fragilidades. Todas estas instituições de um modo geral, a capacidade de planejamento estratégico é limitada e as organizações a maioria das vezes mudam os seus objetivos de acordo com as linhas de financiamento disponibilizada pelos doadores, é limitado o amadurecimento dos processos técnicos e institucionais o que acaba se refletindo nos procedimentos administrativos e na capacidade de planeamento.

Em síntese apesar da participação da sociedade civil no combate à desigualdade de gênero ainda são visíveis a desigualdade existente no mercado de trabalho bem como a existência de divisão sexual de trabalho tanto no mercado formal como no informal.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo é um campo a ser explorado pois os estudos voltados para a participação da mulher no mercado de trabalho formal, são bem reduzidos.

O presente trabalho propôs-se analisar essencialmente, sobre a participação das mulheres angolana no mercado de trabalho formal no período pós-guerra (2002-2014). Para entender tal processo procurou-se compreender as divisões que estruturam o espaço sociocultural e político angolano. Deste modo recorreu-se a uma contextualização histórica, que permitiu salientar a importância do processo de globalização dos espaços sociopolíticos angolanos, que veio dar corpo à emergência de um caminho para a emancipação da mulher, não só no campo ideológico, mas também nas práticas e formas de exercício do poder.

Na análise, privilegiou-se conhecer e analisar os fatores que determinam o acesso da mulher ao mercado de trabalho, bem como quais as políticas públicas existentes, que estimulam o acesso da mulher no mercado de trabalho. Buscou –se também levantar quais as principais organizações da sociedade civil angolana na área do gênero.

Do estudo efetuado, resultaram conclusões que poderão possivelmente contribuir para que esta matéria ou este assunto seja estudado com maior profundidade.

Em termos de síntese final, no que concerne à participação da mulher angolana no mercado de trabalho retiraram-se as seguintes conclusões:

A inserção das mulheres no mercado de trabalho formal consolidou-se a partir do ano de 1975 com a declaração da independência de Angola. A necessidade de mão-de-obra, permitiu o acesso da mulher no mercado de trabalho formal funcionando como um impulso para a institucionalização de leis que consolidassem a democracia e a igualdade de gênero. Porém estes princípios e valores sociais estão longe de ser alcançados.

É importante realçar também que o mercado de trabalho angolano está marcado por uma divisão sexual do trabalho. Para além da guerra civil, o processo de liberalização econômica impulsionou transformações que não se limitaram simplesmente à esfera produtiva, influenciando deste modo o papel da mulher na

família e na sociedade, e conseqüentemente a entrada da mulher para o sector informal.

No que concerne as políticas públicas voltadas a questão de gênero têm sido cada vez mais enfatizadas no quadro legal e no discurso político, mas não tem correspondência orçamental nos programas do Governo, ainda que as mulheres sejam uma das camadas sociais mais vulneráveis. A baixa dotação orçamental para as políticas e programas de promoção da IG em Angola exprime a forte distância entre os discursos políticos e a prática.

Esta distância revela, por um lado, o conhecimento do problema e o interesse na promoção da mulher, e por outro, a falta de mecanismos (humanos, financeiros, políticos e estratégicos) para uma efetiva promoção da mulher, pois questões como a baixa dotação orçamental para o Minfamu são elementos que estão na base das atividades limitadas por parte do Minfamu, atividades essas que são incapazes de alterar a condição atual da mulher angolana.

Apesar dos grandes avanços em termos de políticas públicas, as mulheres em Angola de forma geral ainda se encontram em desvantagem em comparação com os homens em termos económicos e sociais. De forma geral, existe uma certa fragilidade por parte das instituições que atuam na área do gênero.

Finalmente, conclui-se que a falta de conhecimento do papel desempenhado pelas mulheres nos diversos sectores da vida económica e social angolana, acaba contribuindo para a manutenção da desigualdade de gênero no País.

5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Neste ponto importa salientar, ainda que de maneira sucinta, algumas das limitações encontradas ao longo da realização deste trabalho.

Ao embarcar para este estudo diversos foram os obstáculos encontrados, o que obrigou a reformulação de algumas propostas. Os obstáculos encontrados relacionaram-se por um lado com a burocracia implícita no acesso e recolha dos dados/ a falta ou 'deficiente' partilha de informação entre as instituições, a escassez de materias angolanos voltados para esta temática, e a escassez de dados sobre mulher.

É importante também frisar que, o presente estudo, pela sua inovação, apresenta algumas limitações inerentes à pouca informação existente sobre o referido

tema. A bibliografia, principalmente no âmbito nacional é escassa; porém a nível internacional encontram-se algumas publicações, descrevendo investigações realizadas no terreno.

No entanto face às limitações de tempo e a extensão do trabalho, considera-se que este trabalho sirva de grande contributo e ponto de partida para outras investigações e espera-se que as limitações indicadas se traduzam em outras linhas de investigação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de. **Integração social e exclusão social: algumas questões**. Lisboa\Portugal: Revista Análise Social, v. XXVIII, n. 123-124, p. 829-834, 1993. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292685C6oHU6bm4lv42AH9.pdf>> Acesso em: Novembro\2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política**. São Paulo: Lua Nova, nº 100, p. 33, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00155.pdf>> Acesso em: Outubro\2018.

CARLOTO, Cássia Maria. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Serviço Social em Revista, v4, 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm> Acesso em: Novembro\2018.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. **Relatório Social de Angola 2012**. p. 152, 2012. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org/wpcontent/uploads/2014/04/RELAT%C3%93RIO-SOCIAL-DE-ANGOLA-2012.pdf>> Acesso em: Novembro\2018.

COELHO, Lina Paula David. **Mulheres, família e desigualdade em Portugal**. Coimbra\Portugal: Tese de Doutorado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. p. 411, 2010. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13833/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Dout_Lina%20Coelho.pdf> Acesso em: Outubro\2018.

CURADO, Jacy Corrêa; MENEGON, Vera Sonia Mincoff. **Gênero e os sentidos do trabalho social**. Florianópolis: Psicologia & Sociedade, v. 21, nº 3, p.11, 2009. ISSN 0102-7182. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a17v21n3.pdf>> Acesso em: Novembro\2018.

DANIEL, Camila. **O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Revista O social em questão, ano XIV, nº 25/26, p. 22, 2009. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pucbr/medial/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf> Acesso em: Novembro\2018.

ESTEVÃO, João. **Desenvolvimento econômico e mudança institucional: o papel do estado**. (Notas Econômicas). Coimbra\Portugal: Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, p. 25, 2004. Disponível em: <https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/WP_DE_CESA2004.pdf> Acesso em: Novembro\2018.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. São Paulo: Lua Nova, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451993000100006> Acesso em: Outubro\2018.

FREIRE, João. **Trabalho, emprego e cidadania**. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 19, p. 14, 2009. ISSN: 0872-3419. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2336/2137>> Acesso em: Outubro\2018.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, p. 207, 2010.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, p. 175, 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v.24, n.2, 639-643, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n2/1805-9584ref-24-02-00639.pdf>> Acesso em: Outubro\2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso> Acesso: 19. Nov.2017.

KON, Anita. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil**. São Paulo: Atlas Books, p. 470, 2016.

KON, Anita. **A Economia Política do Gênero: Determinantes da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Revista de Economia Política, v. 22, n. 3, p.89-106, set. 2002.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação do gênero nas políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 1999.

MALUF, Sahid; MALUFE NETO, Miguel Alfredo. **Teoria Geral Do Estado**. São Paulo: Saraiva Editora, ed. 29, p. 416, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/339443041/LIVRO-PDF-MALUF-Said-Teoria-geral-do-Estado-pdf>>. Acesso em: Outubro\2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **A divisão sexual dos cuidados: do welfare state ao neoliberalismo**. Vitória: Argumentum, p.91-106, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2106/2737>>. Acesso em: Outubro\2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, p. 297, 2010.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de produzir Mais-valia**. In: O Capital. Rio de Janeiro: Bertrand, ed. 14, v.2, p. 395, 1989.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER DA REPÚBLICA DE ANGOLA. **Relatório Analítico de Gênero de Angola (2017)**. (Centro de Estudos e Investigação). Luanda\Angola: Universidade Católica de Angola. p. 79, 2017.
Disponível em:

<http://www.ao.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/undp_ao_PrimeiroRelatorioAnaliticodeGenero_Angola_2017.pdf>. Acesso em: Outubro\2018.

NANGA COVIE, Margareth et al. **Integração da Mulher no Processo Produtivo em Angola**. Luanda: Universidade Católica de Angola, p. 47, 2017.

Neves, Magda de Almeida. **Anotações sobre trabalho e gênero. Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Cadernos de pesquisa, v.43, n.149, p.404-421, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n149/03.pdf>> Acesso em: Outubro\2018.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. **Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v. 1538, n. 1518, p.1-22, 2011. Disponível em: <[file:///c:/users/lab12/downloads/mercado de trabalho geral.pdf](file:///c:/users/lab12/downloads/mercado%20de%20trabalho%20geral.pdf)>. Acesso em: 6 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - GENEVRA. **Diagnóstico da situação da Inspeção do Trabalho em Angola**. Geneva: Norwegian Project “strengthening Labor Inspection Services” (into/09/62/nor), p. 48, 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_dialogue/@lab_admin/documents/publication/wcms_244073.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017

_____. **Mulheres Nos Trabalhos Tendenciais 2016**. p, 138, 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/gender/Informationresources/Publications/WCMS_457317/lang-en/index.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Quem se beneficia com a libertação do Comércio em Angola? Uma perspectiva de Gênero**. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD. Traduzido por: Lucinda Simas Magalhães. Nações Unidas: Nova York e Genebra, p. 84, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationChapters/ditc2013d3_pr.pdf> Acesso em: Outubro\2018.

PEREIRA, Aline. **Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho**. New York: Conselho Para O Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, p. 125, 2005.

PAULILO, Maria Ignez S. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **A Evolução do conceito de cidadania**. São Paulo: Revista de Ciências Humanas (Taubaté), v. 7, nº 2, p. 6, 2001. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT16092013195054.pdf>> Acesso em: Novembro\2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, p. 334, 1999.

SEBASTIÃO, João Mahinga. **Aspectos do Mercado de Trabalho em Angola: O período colonial, pós a independência e o período pós o fim da guerra civil década de 2000**. Criciúma: Monografia em Ciências Econômicas\UNESC, p. 41, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121114/sebastiao_jm_tcc_arafcl.pdf?sequence=1> Acesso em: Outubro\2018.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia Das Letras, p. 409, 2000.

SILVA, Mara Eloise Caetano da. **O Processo de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Angolano: Estratégias, Trajetórias e Contextos Sócio profissionais**. Lisboa: Dissertação em Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, p. 135, 2013. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5017/Dissertação.pdf?sequence=1>> Acesso em: Agosto\2018.

SILVA, Eugénio Alves da; CARVALHO, Maria João de. **Educação em Angola e desigualdades de género: quando a tradição cultural é fator de exclusão**. In: X Congresso Internacional Galego-português de Psicopedagogia. p. 2401-2416, 2009.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas**. Niterói: Revista Gênero, v. 9, n. 1, p. 15, 2012. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/94/70>> Acesso em: Agosto\2018.

VAN KLAVEREN, Maarten; TIJDENS, Kea; HUGHIE-WILLIAMS, Melanie; MARTIN, Nuria Ramos. **Visão geral do trabalho e do emprego das mulheres na Angola**. (Relatório Nacional Nº 2) Amsterdã: AIAS\Universidade de Amsterdã, p. 46, 2009. Disponível em: <[http://www.wageindicator.org/documents/meeting-decisionsforhttp://www.wageindicator.org/documents/meeting-decisionsfor-life-december2008-8-9/dfl-country-reports/Decisions_for_life-Country_Reporthttp://www.wageindicator.org/documents/meeting-decisionsfor-life-december2008-8-9/dfl-country-reports/Decisions_for_life-Country_Report-Angola_in_Portuguese.pdf](http://www.wageindicator.org/documents/meeting-decisionsforhttp://www.wageindicator.org/documents/meeting-decisionsfor-life-december2008-8-9/dfl-country-reports/Decisions_for_life-Country_Report-Angola_in_Portuguese.pdf)> Acesso em: Outubro\2018.